



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA DE 26 DE ABRIL DE 2019

----- No dia vinte e seis do mês de abril do ano de dois mil e dezanove reuniu-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Lousada. A Mesa foi constituída pela primeira secretária Maria de Lurdes Oliveira de Castro, como presidente da mesa e em substituição do presidente da Assembleia e secretariada por José Bernardino Pinto Nogueira e Antero de Sousa Correia com a seguinte ordem de trabalho:-----

- 1 - Apreciação da informação escrita do presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município; -----
- 2 - Pedido de suspensão de mandato por 365 dias; -----
- 3 - Prestação de Contas do Ano de 2018; -----
- 4 - Inventário de Todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais;-----
- 5 - Contratação de Empréstimo a Longo Prazo até 770.000,00€; ----
- 6 - Primeira Revisão ao Orçamento da Receita, Segunda Revisão ao Orçamento da Despesa e ao Plano Plurianual de Investimentos;-----
- 7 - Atribuição de subsídio à Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nespereira e Casais; -----
- 8 - Transferência de Competências dos Municípios para a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa;-----
- 9 - Segunda Alteração do Regulamento de Organização e Estrutura dos Serviços Municipais; -----
- 10 - Assunção de Compromissos Plurianuais para Aquisição de Serviços para Transportes Escolares, em Transporte Coletivo de Passageiros (passes escolares) para o ano Letivo de 2019/2020; -----
- 11 - Eleição dos Membros em falta na composição da Mesa da Assembleia Municipal de Lousada;-----
- 12 - Lousada Século XXI – Atividades Desportivas e Recreativas - E.M. - Sociedade Unipessoal LDA – Instrumentos de Prestação de Contas (relatório de Gestão, Contas do Exercício e Proposta de Aplicação de resultados), relativos ao Exercício de 2018.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- Com a sessão marcada para as vinte e uma horas, não havendo quórum, procedeu-se à chamada às vinte e uma horas e trinta minutos tendo respondido à chamada: *Ricardo Filipe de M. Ribeiro* (em substituição do membro efetivo da Assembleia Municipal Jorge Manuel Fernandes Malheiro de Magalhães), *Júlia Maria Ribeiro*, *José Bernardino Nogueira*, *Rui Fernando V. S. Pereira* (em substituição do membro efetivo da Assembleia Municipal João Carlos Pinto Correia), *António Filipe Cardoso Barbosa*, *Sandra Maria Ferreira Teixeira*, *Óscar Miguel Sobral da Silva* (em substituição do membro efetivo da Assembleia Municipal João Carlos Sousa Teixeira da Fonseca), *Hugo M. Veríssimo* (em substituição do membro efetivo da Assembleia Municipal Ricardo Bessa Marques), *Eduarda Filipa Ferreira*, *Alexandra de Fátima Bessa*, *Maria do Céu Vieira da Rocha*, *José Manuel Gonçalves*, *António Esteves* (em substituição do membro efetivo da Assembleia Municipal Luís Filipe Oliveira), *Jorge Manuel Furtado*, *Rúben João Bessa*, *Maria José Meireles*, *Antero de Sousa Correia*, *José Jesus de Martins*, presidente da Junta de Freguesia de Aveleda, *Adão António Moreira*, presidente da Junta de Freguesia de Caíde de Rei, *Armando Jorge Mota Moreira*, presidente da Junta de Freguesia de Lodares, *Paulo Abílio Santos* presidente da Junta de Freguesia de Macieira, *José Martins Ferreira* presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde, *Diogo Agostinho Aires* presidente da Junta de Freguesia de Sousela, *Elisa Maria Mesquita Pinto* presidente da Junta de Torno, *António Fernando Silva* (presidente de Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém), *Eduardo António Sousa e Castro Taveira*, presidente da Junta de Freguesia de Cernadelo e Lousada (São Miguel e Santa Margarida), *Dora Manuela M. R. Santos* (como representante legal de *Eduardo Augusto Vilar Barbosa*, presidente da Junta de Freguesia de Cristelos, Boim e Ordem, *João Fernando Pinto Magalhães*, presidente da Junta de Freguesia de Figueiras e Covas), *Armando da Costa Silva* (presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas Sto. Estevão), *José Oliveira Nunes*, presidente de Junta de Freguesia de Nespereira e Casais, *Fausto Manuel Oliveira* (presidente da Junta de Freguesia de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga) e *Maria de Lurdes Oliveira de Castro*, num total de trinte e dois membros. Estiveram também presentes o senhor presidente da Câmara *Pedro Machado* e os senhores vereadores *Leonel Vieira*, *Manuel António Nunes*, *Cristóvão Simão Ribeiro*, *Cristina Moreira*, *Sandra Maria Silva* e *Nelson Oliveira* (em substituição do Sr. Vereador *António Augusto Silva*).-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- **A Presidente da Mesa Declarou Aberta a Sessão** -----

----- **PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- A presidente da Mesa começou por informar que: Ricardo Filipe de Moura Ribeiro substitui o membro efetivo da Assembleia Municipal Jorge Manuel Fernandes Malheiro de Magalhães, que comunicou uma ausência por trinta dias; Óscar Miguel Sobral da Silva substitui o membro efetivo da Assembleia Municipal João Carlos Sousa Teixeira da Fonseca, que comunicou uma ausência por um dia uma vez que o elemento imediatamente a seguir na ordem da lista Diana Isabel Dias da Costa Sampaio, não se encontrava disponível; Rui Fernando Vieira da Silva Pereira substitui o membro efetivo da Assembleia Municipal João Carlos Pinto Correia, que comunicou uma ausência por um dia; António Esteves substitui o membro efetivo da Assembleia Municipal Luís Filipe Gonçalves Oliveira, que comunicou uma ausência por um dia, uma vez que o elemento imediatamente a seguir na ordem da lista Sónia Cristina Lourenço Ribeiro, não se encontrava disponível; Hugo Miguel Veríssimo Soares substitui o membro efetivo da Assembleia Municipal Ricardo Manuel de Bessa Marques, que comunicou uma ausência por dois dias, uma vez que os elementos imediatamente a seguir na ordem da lista João Pedro Bessa Pacheco Leite de Carvalho e Luciana Isabel Dias Martins, não se encontravam disponíveis; Dora Manuela M. R. Santos como representante Legal do Presidente da União de Freguesias de Cristelos, Boim e Ordem e Nelson Ângelo Coelho Oliveira, em substituição do Sr. Vereador António Augusto Silva que encontra impossibilitado de estar presente na sessão da Assembleia Municipal, por motivos de saúde. -----

----- De seguida foi posta à discussão a ata da sessão ordinária de vinte e dois de fevereiro de dois mil e dezanove. -----

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia, passou-se de seguida à votação da ata, que foi aprovada unanimidade de trinta e dois votos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- Eram vinte e uma horas e trinta e seis minutos quando deu entrada na Assembleia Municipal o seguinte membro: Carlos Pedro Moreira, presidente de Junta de freguesia de Meinedo. -----

----- Seguiu-se o Período de Intervenção dos Grupos Municipais -----

----- Eram vinte e uma horas e trinta e oito minutos quando deram entrada na Assembleia Municipal os seguintes membros: Maria Cândida Peixoto Gonçalves Amorim Novais e Cidália de Lurdes Neto. -----

----- Intervenção do Sr. Presidente da União de Freguesias Lustosa e Barrosas (Santo Estevão): «Boa noite. Senhor presidente trago aqui algumas questões que me parecem importantes para Lustosa e Santo Estevão, uma delas é as estradas em Lustosa e Santo Estevão. Neste momento na forma que se encontram e que é de conhecimento de vossa excelência, que já percorreu alguns quilómetros comigo em Lustosa e verificou que de facto as estradas estão péssimas. Além de estarem péssimas e estarmos a falar de estradas com mais de vinte anos, a minha questão é a seguinte: O senhor presidente prometeu, falou que nos próximos meses que se iria começar por renovar algumas estradas, e é muito importante que alguma coisa se faça. Só para dizer que enquanto presidente de Junta das duas freguesias, Lustosa sendo uma das maiores, temos muitas dificuldades e elas estão em péssimas condições face aos buracos. Temos muita dificuldade quando pedimos à câmara para resolver os buracos porque ou não se pode ou não tem material, o certo é que as reclamações são demais, pneus rebentados ou jantes, o que quer dizer que aqui há semanas atrás a câmara mandou pessoas para o terreno e não havia material para tapar os buracos, mas ainda bem que se taparam os buracos com cimento. É verdade que são estradas com muitos anos e é verdade que temos estradas que já não tem remendo ou seja, podem ir lá muitas vezes tapar os buracos que não conseguem resolver o problema. Sobre esta situação nas estradas a pergunta era se tem agenda e se está programado alguma reconstrução de estrada e qual delas? Depois, queria falar de outro assunto que tem a ver com o sintético. Como sabe a Junta de Lustosa já deu o passo importante para que a câmara pudesse escriturar o campo, fizemos tudo aquilo que estava acordado com a câmara, após escritura enviamos todos os documentos para a câmara para tratar da escritura e escriturar para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

o nome da câmara. O certo é que também interessava saber, se de facto, o sintético vai ou não avançar tal como estava previsto e como o senhor presidente aqui tinha dito. Quanto ao Centro de Saúde senhor presidente, enquanto presidente de Junta somos sempre questionados, quando é que vai abrir, quando é que vai ser inaugurado. E, gostaria de saber se tem alguma ideia ou data da inauguração do Centro de Saúde? Sei que está pronto, já fui convidado pelo senhor presidente de câmara para visitar o espaço, está pronto, está tudo muito bem. Gostaria de saber neste caso se de facto há alguma data agendada para a inauguração? Quanto ao Centro de Dia estivemos juntos na inauguração do espaço dos idosos e o senhor presidente falou e muito bem que entre Junta e Câmara se iria fazer tudo para conseguir o Centro de dia para Lustosa. Agora como o senhor presidente sabe estava muita gente naquele dia e essas palavras foram muito do agrado para os presentes e que também agora não param de questionar se de facto vai ser possível ou não o Centro de dia para Lustosa. Se depender da Junta estamos como sempre juntos para trabalhar, agora era importante era saber se isso pode vir acontecer ou não?» -----

----- Intervenção da Sra. Cidália Neto do Grupo Municipal PPD-PSD: «Excelentíssima senhora presidente da mesa da Assembleia, restante mesa, senhor presidente, senhores vereadores, caros deputados, público presente. Eu queria começar com uma nota positiva e parabenizar o Município pela política que tem seguido na área do ambiente, porque de facto, tem sido feito coisas muito positivas e em particular o vereador Manuel Nunes, que não está cá, mas que foi recentemente distinguido e muito bem na minha opinião. E, agora, gostaria de questionar o senhor presidente sobre duas situações, não tão positivas, uma delas tem a ver com o assunto trazido várias vezes, que tem a ver com a questão dos animais abandonados. Eu, há algumas semanas, fui interpelada por um cidadão que me questionava sobre o que fazer em determinada situação, que tinha a ver com uma cadelinha abandonada que tinha tido uma ninhada de cães e tinha esse problema em mãos, não sabia o que fazer e recomendei que ligasse para os serviços da autarquia. E, foi o que ele fez, o que lhe disseram foi que o canil não tinha possibilidades de responder a essa situação, uma vez que estava lotado. Gostaria de saber senhor presidente qual é a real situação do canil neste momento? Se de facto a situação é essa, se está lotado e que ações estão a ser empreendidas? O que é que está a ser pensado nesse sentido, porque



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

inclusivamente temos agora o início do verão, sabemos que é uma altura crítica em termos de abandono animal e acho que temos aí um problema para resolver. A segunda questão tem a ver com um assunto que julgo que já falei nele, embora não fosse exatamente este o tema que vou referir, que tem a ver com a escola E.B.2/3 e Secundaria de Lustosa. Há uns tempos atrás, julgo que falei na questão do aquecimento ou da falta dele ou melhor, ele existe, mas é ineficaz. Hoje, por acaso de manhã, aconteceu uma situação e gostaria de sensibilizar o senhor presidente para essa questão, para ver se realmente a autarquia, sei que não é diretamente neste momento pelo menos não tem essas competências, mas poderá fazer sempre uma força nesse sentido, que diz respeito a alguma falta de condições no sentido de serem desenvolvidas as atividades que é suposto desenvolver numa escola. E, diz respeito realmente a uma atividade que tivemos, ia dizer no auditório, mas nós não temos auditório, a questão é essa, a questão é que a atividade foi desenvolvida na cantina da escola, porque é assim que fazemos quando temos um número de alunos elevado e precisamos de desenvolver alguma atividade. E, neste caso foi na cantina da escola, eram nove horas da manhã, a atividade prolongou-se até às dez e qualquer coisa e o certo é que as condições não são como devem imaginar as melhores, cheiro a comida, varinha mágica a funcionar e a fazer um barulho ensurdecador e realmente fiquei a pensar que se calhar era a hora pensarmos em melhorar as condições daquela escola e outras, eu estou a falar nesta, mas certamente haverá outros casos de escolas que precisam de ser intervencionadas, mas queria sensibiliza-lo realmente para isso, porque ouço os alunos a dizerem e às vezes penso para mim que eles têm alguma razão, que de facto eles acham que estão ali um bocadinho longe do centro e que as pessoas não querem saber deles, porque é uma escola pequena, tem poucos alunos, já não tem muitas opções em termos de cursos, portanto queria sensibiliza-lo para essa questão para ver se conseguimos algumas melhorias.» -----

----- Eram vinte e uma horas e quarenta e quatro minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: António José Pacheco Mendes.-

----- Intervenção do Sr. Fausto Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga: «Excelentíssima senhora presidente da mesa da Assembleia, restante mesa, senhor presidente,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

senhoras e senhores e vereadores, caros colegas presidentes de Junta, caros membros desta Assembleia, público e comunicação social. Esta semana iniciou-se com uma notícia nos jornais, capa inclusive do Jornal de Notícias, que tem a ver com a reorganização das freguesias e a suposta lei do governo, relativamente à dita reversão ou não daquilo que foi a reforma administrativa realizada em 2013. Eu venho cá hoje, porque de facto tenho sido durante vários anos, digamos alguém que sobre este assunto tem falado bastante e portanto não podia deixar de colocar aqui duas ou três reflexões que me parecem pertinentes neste momento. A gente olha para aquilo que de facto foi aquela publicação, pelo menos supostamente aquilo que vem no Jornal de Notícias a confirmar-se, não conheço o diploma e dá impressão de duas ou três coisas interessantes. Em primeiro lugar este governo foi preciso esperar quatro anos para vir com esta lei, em final de mandato e acho que em primeiro lugar fora de tempo, esta é a primeira nota. Aliás, é próprio deste governo qualquer coisa que queira fazer, pensa, pensa, pensa e depois de tanto pensar, pensa tão mal e atira sempre tudo para longo prazo e portanto parece-nos que estamos aqui perante mais um caso. Por outro lado, esta lei parece a lei do elástico, se nós dermos um nome é a lei do elástico, ou seja, vai e vem, porque tem ali uma questão que é o 1150 eleitores ou 600 eleitores a mais de 10 km, em linha reta e portanto relativamente à possibilidade de haver freguesias independentes, e portanto isto é um vai e vêm, ou seja, tenho ali 150 pode ir mais, pode ir menos vai para um lado, vai para outro e tem outro problema que aí podíamos chamar lei da força, que é aquelas freguesias que não atinjam esse valor, ou seja aquelas que neste momento estão sozinhas e que não tenham esse valor no prazo de 10 anos, portanto tem uma força ali em cima dos pescoço, porque daqui no prazo de 10 anos tem efetivamente que se agrupar, isto só um pormenor, para além dos outros pormenores, de um conjunto de exigências, de critérios, no meu ponto de vista até pode ser positivos, mas que efetivamente dão em nada, ou seja, dão a ficar tudo igual ou ainda pior. De facto, se nós formos a contabilizar os vários critérios, as freguesias têm que ter cinco critérios desde de extensão de saúde, atividades na área social, multibanco, farmácia ou parafarmácia. O que o governo está neste momento a fazer é colocar aqui uma força nestas freguesias todas, porque daqui a dez anos todas elas vão ter que agrupar, porque acho que é quase inviável, em primeiro lugar que aja parafarmácia, farmácia, serviços que estão ali, digamos plasmados naquela lei para que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

isso aconteça, ou seja o governo de certa maneira está mais uma vez como é costume deste governo atirar as questões para a frente, lá para trás para que depois as coisas se resolvam quando ele já lá não estiver. Por outro lado, de certa maneira está a preparar as estatísticas que é de dizer assim: *“bom daqui a uns anos, basicamente daqui a uns anos todas as freguesias vão ter uma farmácia, porque é uma das exigências”*. E, portanto o governo está desta maneira a criar aqui um conjunto de condições, vão ter farmácias, vão ter centros de dia, vão ter um conjunto de equipamentos, porque no fundo se não os têm agora, vão ter que ter ou vão se agrupar a quem já os têm. E, de certa maneira vamos dizer às freguesias que têm estes equipamentos todos e o governo neste momento está a tirar tudo para longe e por outro lado exige sempre compromisso, exige sempre competências, exige sempre trabalho aos outros e compromete-se muito pouco ou quase nada, aliás como é costume, incluindo por exemplo nas transferências de competências para os municípios que de facto está atirar para os municípios muitas competências que efetivamente podem e são importantes, o grande problema é que depois não se compromete com um pacote financeiro, não se compromete com um conjunto de equipamentos e inclusivamente de dinheiro que é necessário para que elas possam ser realizadas. É basicamente esta situação que temos e que vai dar muito pano para mangas e para muita reflexão. Outra situação que queria colocar uma questão ao senhor presidente tem a ver com as pavimentações. É costume os presidentes de Junta, recorrerem e colaborar com a Câmara Municipal a realizar um conjunto de pavimentações nas freguesias. Tem sido no passado, tem havido uma colaboração e portanto as Juntas, no fundo tentam fazer um trabalho que de facto é uma competência da câmara, mas faz um esforço nesse sentido de pavimentar ruas que estão muito danificadas. Aliás, o senhor presidente de Lustosa acabou agora de afirmar ou ruas que ainda estão em terra há anos. O que acontece é que este ano, pelos vistos a fatura vai-nos sair cara, porque aquilo que tenho conhecimento é que os inertes que nos vão ser fornecidos, que nos costumavam ser fornecidos e que nós muitas vezes até colaboramos com alguma situação temos agora que pagar o transporte. Só para dar um exemplo, eu tenho uma rua para pavimentar cujo transporte ultrapassa os quatro mil euros, chega quase aos cinco mil euros. Ou seja, isso é completamente inoportável para um orçamento da Junta e gostava de questionar ao senhor presidente se tem uma solução para este caso. Eu sei que isso advém de um concurso que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

houve apenas um concorrente. O concorrente é de muito longe, o que eu acho é que não foi acautelado a situação do transporte e acho que neste caso se o concurso foi realizado pela câmara, acho que deve a câmara assumir essa responsabilidade. E para terminar gostava de congratular-me o que aconteceu ontem nas cerimónias do 25 de Abril, efetivamente depois de muita insistência do PSD, de facto tivemos aqui uma cerimónia que acho que foi bonita, mas queria fazer uma chamada de atenção à mesa à senhora presidente da Assembleia, porque esta convocatório veio do gabinete da presidência e acho que faz todo o sentido, sendo que esta é uma assembleia Municipal, faz todo sentido que a convocatória venha da senhora presidente da assembleia, porque é a ela que compete, este é um órgão que responde perante a Assembleia Municipal, portanto para futuro próximo achava pertinente isso e no meu ponto de vista acho que se devia reunir os grupos parlamentares, fazer uma conferencia de lideres no sentido de preparar convenientemente esta comemoração. E, acho que estaríamos todos disponíveis para abdicarmos da senha de presença e para colocar, não sei se isso exigiria isso por ser uma convocatória da Assembleia, mas se não convocar muito menos, não é essa a questão. O que eu acho é que é importante o seu a seu dono e fica esse apelo à senhora presidente.» -----

----- Intervenção do Sr. Filipe Barbosa do Grupo Municipal PPD-PSD: «Excelentíssima presidente da Mesa, restante membros, excelentíssimo presidente da Câmara, excelentíssimos vereadores e excelentíssima vereadora, caros membros desta Assembleia. Eu começaria por reforçar as palavras do presidente da Junta Fausto, que aqui passou e não tendo oportunidade de ter cá estado ontem, não queria deixar de congratular-me ela celebração que muito engrandece as cerimónias do 25 de Abril. E, que pela primeira vez, pelo menos não tenho memória de outra celebração deste género, chamou os deputados da Assembleia Municipal para de forma plural celebrarem este momento muito importante da nossa democracia. E, chegado a este ponto é necessário se calhar reforçar isto, porque nós somos diferentes o que aqui estamos, porque se não fomos diferentes não teríamos concorridos com listas independentes e com programas diferentes e com ideias diferentes. E, isso é que é importante na democracia. Mas apesar das nossas diferenças há algo muito mais importante que nos une que são os valores da democracia. E, nós vivemos cada vez mais ou caminhamos cada vez mais para tempos que colocam em causa esses valores e não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

precisamos de estar demasiado atentos para percebermos isso e para apercebermos que aquilo que aconteceu ontem com melhorias necessárias a fazer e com sugestões que são possíveis de apresentar ou não, é sempre possível melhorar e caminhar noutros aspetos, não deixa de ser importante oportunidade de numa celebração que marca a democracia, todos os partidos mostrarem que estão presentes e que são vozes da democracia e que estão presentes nesta Assembleia, porque foram eleitos pelos lousadenses. Não importa neste momento a quantidade de votos que cada um teve, importa é que cada um de nós independentemente se está por inerência por presidente de Junta ou se é um membro eleito efetivo da Assembleia Municipal, representa um voto, dois votos, três votos, centenas ou milhares de pessoas que os elegeram e começaria por aí e, nesse sentido eu gostaria também de realçar um aspeto muito importante que marcou o debate político no município e que marcou também algum debate no executivo e que tem a ver com o Plano de Pormenor da Praça do Românico. Eu gostava de dizer uma coisa muito importante, há atos simbólicos que pesam muito e que valem verdadeiramente muito como aquele que aconteceu ontem aqui e, há outros que não valendo tanto não devem acontecer só porque tem que acontecer e quando nós fazemos uma consulta pública, nós não podemos esperar que ela seja um mero cumprimento de uma formalidade ou de uma obrigação legal. Se há necessidade de uma consulta pública ou não havendo necessidade, se há desejo que se faça uma consulta pública, porque vamos alterar verdadeiramente algo com muito significado e com muita importância para o concelho como é o caso, nós pretendemos fazer uma alteração significativa há aquilo que é o Plano de Pormenor no centro da vila de Lousada, se nós colocamos isso a consulta pública, nós queremos verdadeiramente que haja uma consulta pública e que todas as pessoas manifestem dentro das suas possibilidades, das suas ideias, da sua formação manifestem as suas ideias. É importante reforçar isto, porque foi dito nesta Assembleia, primeiro se alargaria o prazo de consulta pública, segundo que o próprio município faria ou desenvolveria esforços para que essa consulta pública tivesse maior visibilidade e maior participação. E quando há uma consulta pública há um princípio que é fundamental é que não há propostas absurdas. Quando nós pretendemos ideias, aliás em muitas empresas neste momento quando se quer mudar parte-se deste princípio que é vamos pensar aquilo que queremos sem constrangimentos,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

sem constrangimentos técnicos, sem constrangimentos financeiros, sem qualquer tipo de constrangimentos, para não limitar à partida as ideias que vão surgir. E, depois obviamente mediante aquilo que é apresentado caímos no pragmatismo, caímos na realidade, caímos naquilo que é possível e naquilo que é desejável e que é exequível para a nossa realidade concreta. Agora, quando se apelidam de absurdas propostas a pergunta que nós devemos fazer é: mas as propostas eram absurdas, porque eram tecnicamente impossíveis? Eram absurdas porque eram financeiramente impossíveis ou eram absurdas, porque já estavam tudo feito e aquilo que era apresentado não se encaixava no modelo que já estava apresentado? Porque quando nós partimos para uma questão destas e isto é absolutamente determinante, nós temos que ter abertura para ouvir tudo e todos, ouvirmos de forma multidisciplinar, ouvir desde a pessoa que mora no rés-do-chão até o lojista que tem uma loja no fundo da rua, até ao arquiteto, até ao engenheiro, até ao arquiteto paisagista ou até a pessoa sem formação nenhuma, olha para aquilo e tem uma ideia sobre o assunto. E, por isso, nós verdadeiramente estamos a falar de uma alteração muito significativa naquilo que será o rosto do concelho para o futuro, para as próximas décadas. E, não podemos fazer de conta que fazemos uma consulta pública. E, era muito importante que isto ficasse vincado de forma a que todas as pessoas possam efetivamente participar e que não partamos para um projeto que vai mudar o rosto da nossa vila com as coisas previamente definidas, sem que haja vontade efetiva de ouvir e de auscultar os outros.»-----

----- Intervenção da Sra. Maria do Céu Rocha do Partido Socialista: «Excelentíssima senhora presidente da Assembleia Municipal, excelentíssimos membros da Mesa, excelentíssimo senhor presidente da Câmara Municipal, senhoras e senhores vereadores, deputados municipais, boa noite. Relativamente, à cerimónia que ontem decorreu, congratulo-me que ela tivesse decorrido com serenidade e com a dignidade que era expectável. Para mim foi um grande orgulho fazer parte dela, por diversos motivos, pelo facto de fazer neste mandato a primeira vez parte desta Assembleia e ontem tive essa possibilidade de cá o dizer, como mulher, há 45 anos atrás não me seria possível tomar o papel que ontem tomei, portanto ontem para mim foi um grande orgulho estar aqui. Concordo com a questão da pluralidade, da diversidade de opiniões relativamente aos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

partidos, é isso que nos distingue e, é por isso, que tantas vezes podemos discutir ideias, temos opiniões diferentes em muitos aspetos, mas certamente encontraremos também muitos pontos de encontro, não fosse o interesse da população lousadense. Questões como reorganização de freguesias são certamente muito importantes para todos, mas de facto, só fazendo um pequeno apontamento, não está previsto legislar sobre o assunto neste mandato. O diploma ainda não é conhecido, acho que estar a pensar já nestas questões parece-me demasiado prematuro, como é costume eu dizer. Relativamente à questão que o senhor Filipe Barbosa trouxe cá sobre o projeto da Praça do Românico, eu percebo quando o PSD diga que gostaria que as suas ideias fossem tidas em conta. Não são as ideias que não são acatadas, as ideias estão é, julgo eu, fora de tempo, extemporâneas. Ora, ninguém aqui faz questão de não ouvir as ideias e eu percebo que organizaram nomeadamente um debate. Agora, organizar um debate para ouvir a população num período, depois de terem aprovado todas as ideias, todo o projeto?! Reparem, votaram as propostas todas previamente e foram feitas todas as negociações relativamente aos terrenos, isto implicava retroceder seis anos de trabalho. As pessoas sabem que foram feitas candidaturas que obedeciam a determinado projeto, votaram favoravelmente em reuniões de câmara relativamente a esse projeto e depois percebem o tamanho do projeto e a implicação que este projeto vai ter para o nosso concelho e decidem que agora querem incluir ideias estruturais?! A população foi ouvida, foi contactada, os proprietários foram contactados. Será que retroceder no projeto agora era o *timing* certo? Julgo que é de uma enorme incoerência. Depois de tudo estar definido e de o terem aprovado, decidem que querem fazer alterações e dar sugestões.» --

----- Intervenção da Sra. Alexandra Bessa do Grupo Municipal CDS-PP: «Excelentíssima senhora presidente da Assembleia, restante Mesa, excelentíssimo senhor presidente da Câmara Municipal, senhores vereadores, caros membros da Assembleia, caros presidentes de Juntas, comunicação social e público. Também a nós cabe-nos felicitar o que aconteceu ontem, de facto foi com uma enorme alegria que pude ver um 25 de Abril democrata aqui em Lousada. E, não podemos deixar passar o acontecimento, porque assim como participamos no ano passado nas comemorações do 25 de Abril e falamos aqui em Assembleia que poderiam as comemorações ser noutros moldes, foi muito agradável podermos, desta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

vez, com democracia todos os Grupos Municipais expressarmos as nossas opiniões e ideais sobre aquilo que é a liberdade e a importância da liberdade hoje no nosso mundo. Assim como os colegas do PSD dizem, nós também achamos que há muito a melhorar. Podemos melhorar esta cerimónia que aconteceu ontem, a seu tempo. Estamos aberto e disponíveis para ajudar. Achamos que o convite à presença nas comemorações deve ser feito pela Assembleia Municipal e também prescindimos de qualquer senha de presença pela nossa parte. Desde já o nosso muito obrigado pela oportunidade de estarmos cá ontem. Embora, eu não estivesse presente em toda a cerimónia, mas fiquei muito feliz. Aproveito também para perguntar ao senhor presidente e fazer aqui umas observações a cerca da moção que foi apresentada por nós a 23 de fevereiro de 2018 sobre a segurança rodoviária e sinalética do concelho. Sei que existem já a nível do concelho tomadas de medidas, há pedidos para os presidentes de Junta Freguesia sinalizarem os principais problemas, para melhorar principalmente iluminação pública. A verdade é que o senhor presidente apresentou em reunião, pouco antes dos seis meses que definimos na moção, algumas novas soluções e orçamentos para iluminação pública, passadeiras e sinalética no centro da vila, mas a realidade é que não vimos qualquer ação prática de implementação. Já passou um ano e nada aconteceu em particular no centro da vila onde se detetam graves deficiência de visibilidade e sinalética nas passadeiras.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Boa noite. Começo por responder às questões que o senhor presidente de Junta da União de freguesias de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão) colocou sobre o estado das estradas. Como sabem, está previsto no Plano Plurianual de Investimentos grandes intervenções na rede viária da freguesia de Lustosa e não só. Na próxima Assembleia Municipal, virá já o Plano de Financiamento desses investimentos. Mas essas grandes intervenções abrangerão apenas alguns eixos principais. Nas outras vias, a solução terá que ser diferente, com recargas de betuminoso a semipenetração. E até que essas recargas sejam feitas, temos que tapar os buracos, sendo que atualmente temos uma máquina própria para esse efeito, pelo que não percebo a dificuldade referida pelo Senhor Presidente da Junta. Provavelmente essa dificuldade terá que ver com as condições climáticas adversas. Nesta altura é muito ingrato esse trabalho, porque com o piso



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

molhado as intervenções que fazemos tendem a durar muito pouco tempo. Sei que ainda hoje tentamos intervir e não conseguimos, creio que foi em Boim. Se as condições climáticas melhorarem vamos intensificar a nossa ação nesse sentido, ou seja, tapar os buracos e depois juntamente com cada um dos Presidentes de Junta identificar as situações em que a intervenção tem que ser mais de fundo, porque as estradas foram muito castigadas com diversas obras que foram feitas. Foi a instalação da rede de água há uns anos largos, depois o saneamento, a que acresceram intervenções de águas pluviais e para além do mais estamos a falar de investimentos com mais de vinte anos na maior parte dos casos, algumas já com mais de trinta anos. Portanto têm que ser feitos investimentos para repor o estado em que elas se encontravam quando foram pavimentadas pela primeira vez. Estas intervenções de fundo, com a alteração do piso para tapete betuminoso, são impossíveis de fazer, do ponto de vista financeiro, em todas as estradas. Por isso, aquilo que eu tenho dito a todos os Srs. Presidentes de Junta é que onde temos estradas pavimentadas a cubo de granito, normalmente mais secundárias, não tem sentido mudar o tipo de piso, porque o cubo sendo levantado, e sendo feita uma reposição integral, fica impecável e temos estrada para mais vinte anos. Nos outros casos, o que deve ser feito são recargas do pavimento de betuminoso a semipenetração e aguenta mais umas décadas. De facto temos a noção dessa necessidade, portanto vamos dar prioridade a essas situações jogando também aqui com outra situação que é o facto de em alguns locais, que já estão devidamente identificados, termos problemas com ruturas de águas, por exemplo em Meinedo, Boim e não só. Temos sinalizado problemas face ao estado das condutas de água que estão constantemente a rebentar e estamos a substituir as condutas para depois se fazer a reposição desses pisos. Mas estamos de acordo, essa deve ser umas das prioridades na atuação da câmara. Relativamente à questão de a Câmara ter tapado buracos com cimento, desconheço a situação, mas certamente não terá sido por falta de material. Provavelmente terá sido a questão da humidade no piso, pois quando se usa cimento com um secante rápido é mais fácil de atuar, mas tenho que ver o que é que se passou em concreto, pois a esse nível não tenho registo de haver problemas. Relativamente ao sintético de Lustosa, também está previsto no Plano Plurianual de Investimentos. O Senhor Presidente da Junta já manifestou a disponibilidade de fazer a escritura a favor da câmara, relativamente ao terreno que ainda não é propriedade municipal. É uma obra que vai ser



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

lançada ainda este ano. Relativamente ao Centro de Saúde não lhe posso adiantar a data de inauguração, pois isso não depende da Câmara Municipal, mas creio que será para breve. A obra está pronta, falta algum equipamento, mas está praticamente tudo pronto a funcionar. Falta também a ligação definitiva da alimentação de energia elétrica para se fazer os ensaios dos equipamentos, nomeadamente do elevador, e para se tratar das inspeções. Relativamente ao espaço que a Junta de Freguesia abriu dedicado à terceira idade, aquilo que eu disse quando lá estive no dia da abertura é que a Câmara está disponível para ajudar na concretização do objetivo de ter naquela freguesia um Centro de Dia. Aliás, essa prioridade consta já da Carta Social, estando prevista como entidade promotora o Centro Social e Paroquial de Lustosa. Se a vontade da Junta de Freguesia for a de o Centro de Dia nascer naquele espaço, haverá muitos obstáculos para ultrapassar. Um deles é, desde logo, obter o parecer favorável da Segurança Social no âmbito do licenciamento do edifício, porque qualquer equipamento social, seja ele qual for, tem requisitos específicos muito exigentes. O ideal teria sido equacionar essa possibilidade antes da realização das obras. Como a obra já está pronta, agora será mais complicado se a mesma não cumprir com todos os requisitos. Aquilo que eu sei da experiência que tenho de outras situações, é que de facto há pormenores que para nós podem parecer pouco importantes e que para a Segurança Social são fundamentais e dos quais não abdicam, podendo ser necessário fazer adaptações. Vamos ver do ponto de vista do projeto o que é que será necessário fazer. Depois disso teremos um outro problema. Temos outras situações de outras respostas sociais no concelho em que as instalações já estão licenciadas e prontas, mas que as respostas sociais ainda não estão a funcionar. Na verdade, para que elas sejam sustentáveis é necessário o acordo de colaboração com o Estado que permite financiar a gestão dessa resposta social. Por norma são respostas deficitárias, com custos de funcionamento elevados, sendo que aquele contributo que as pessoas pagam é manifestamente insuficiente para fazer face às despesas, porque há um quadro técnico que é necessário assegurar, há despesas fixas, despesas correntes elevadas e, portanto, sem essa ajuda, sem esse apoio do Estado é quase suicida abrir uma resposta social. Já aconteceu, por exemplo em Sousela e depois felizmente resolveu-se, porque quando o Centro Social e Paroquial de Sousela foi construído ainda vivíamos no “*tempo das vacas gordas*” e normalmente quando os equipamentos eram construídos não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

havia grandes problemas em termos de financiamento do seu funcionamento, mas o certo é que veio a crise e aquele equipamento esteve a funcionar muitos anos a gerar défice de exploração e o Sr. Padre via-se aflito, chegando até a ponderar encerrar a resposta social e é evidente que isso não seria bom para ninguém. Portanto, o que eu diria a este nível é que o primeiro passo é vermos a questão do projeto, é ver se cumpre, e se não cumprir, ver o que é necessário fazer. Depois, do ponto de vista institucional tem que haver uma IPSS para lhe dar suporte, portanto não pode ser uma autarquia. Aquilo que eu disse e mantenho é que estamos dispostos para colaborar para ver se é possível concretizar esse objetivo, até porque essa necessidade já estava referenciada na própria carta social e não é nada de novo.-----

Relativamente à intervenção da Dra. Cidália, felicitou aqui o trabalho que temos vindo a desenvolver na área do ambiente e do próprio vereador que, aproveito para referir que não estava presente porque temos hoje o espetáculo do Folia que coincidiu com a Assembleia Municipal. Quanto aos animais abandonados, não lhe posso adiantar muito mais do que aquilo que tenho vindo a dizer. O canil está lotado, sendo certo que temos que ter algumas vagas para situações em que seja necessário colocar os animais de quarentena. Não podemos ter todos os lugares ocupados para precaver estas situações pontuais, mas dentro daquilo que é possível temos o canil sempre lotado. Quanto a essa situação da cadela com as crias abandonadas, nós não temos solução, nem nenhum município tem. Aliás, está previsto fazer-se agora uma nova ampliação do canil, mas não vamos resolver esse problema, vamos apenas ter uma maior capacidade, porque é impossível ter um canil aqui neste concelho, ou em qualquer outro, que dê resposta a tudo, isso é impossível. O que está a resultar desta lei é que infelizmente temos cada vez mais cães a vaguear pelas ruas. Portanto temos que continuar a apostar naquilo que se tem feito com as associações da área, na promoção da adoção, mas sabemos bem que não tem os efeitos que todos nós desejamos, e apostar ainda na política da castração, sendo certo que isso vai pesar seriamente nos orçamentos municipais. Sempre que nos é reportado uma situação de perigosidade temos atuado e não é proibido fazer o abate do animal nesses casos. O meu receio é mesmo esse, é que aumentem os casos de perigo para a segurança das pessoas e aí temos que estar alertas e atuar, como temos feito até agora. Relativamente à E.B. 2/3 de Lustosa, é um assunto pertinente. Não sei se o disse na última Assembleia, mas disse



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

na Reunião de Câmara que tive uma audiência com a Sra. Secretária de Estado da Educação no sentido de resolver o problema da E.B. 2/3 de Lousada que está praticamente solucionado e já temos o visto do Tribunal de Contas. A obra foi consignada e vai arrancar nos próximos dias. A verba que tivemos disponível não é a que desejávamos, pelo que tivemos que prever uma intervenção mais minimalista porque o dinheiro já não chegava para mais. E, portanto, quando lançamos a obra, e apresentamos a própria candidatura, já lhe chamamos primeira fase na expectativa de haver depois uma segunda fase com um reforço que nos permita fazer outras intervenções. Recuperando o que estava a dizer, tive uma audiência com a Sra. Secretária de Estado da Educação, para lhe apresentar esta nossa pretensão e para além disso falei da necessidade de haver um reforço de verba significativa para as outras E.B.2/3 de Caíde, de Nevogilde e de Lustosa, porque todos sabemos que este problema que colocou é transversal, não fazendo sentido nós termos escolas de primeira e escolas de segunda ou terceira. Concluindo, vim de lá agradado e com o compromisso de que iria ser feito um esforço nesse sentido, mas o certo é que, em concreto, para já não há nada. Percebi que a decisão podia ser do Ministério da Educação, mas as informações mais recentes que não estão ainda validadas é que a decisão poderá ser das CIM e se for das CIM não vai ser fácil, porque todos os municípios acham que o seu concelho tem mais necessidade que o vizinho sendo certo que só existem 25 milhões de euros para todo Norte e no universo de 86 concelhos, não vai ser muito fácil. Para além disso, nós fizemos pequenas intervenções, nas situações mais prioritárias nas escolas de Nevogilde e Lustosa. Na escola de Caíde a situação é conhecida e continua em recurso judicial. Estamos a aguardar que isso seja decidido para se avançar com essas obras, mas são obras paliativas, não vão resolver o problema de fundo, temos clara noção que é preciso alocar mais financiamento para fazer as obras que são necessárias fazer nessa escola. Relativamente à questão do polivalente nenhuma delas tem, mas por exemplo Caíde fez uma adaptação, salvo erro em duas salas e criou um auditório. Não sei se a escola de Lustosa tem alguma sala vazia, mas é um assunto que independentemente das obras de fundo poderá ser equacionado, porque foi isso que aconteceu em Caíde. Nós temos uma verba anual para pequenos investimentos que poderá viabilizar uma solução como a que se encontrou em Caíde, porque construir de raiz um auditório isso já não acredito, pelo menos com este quadro de dificuldades



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

não creio que seja possível, mas se calhar encontramos aí outro tipo de solução mais fácil. -----

Relativamente, à intervenção do senhor presidente da união de freguesias Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga quanto à Reorganização de Freguesias, eu sei o que o senhor sabe, ou seja, por aquilo que li no jornal, mas creio que em concreto ainda não há nada, creio até que não terá entrado nada ainda formalmente na Assembleia da República. Confesso que também não tive oportunidade de falar com o Sr. Secretário de Estado para saber se aquilo tem fundamento, porque também não fiquei muito satisfeito com aquilo que li. Acho que ainda não é oportuno estar aqui a tecer grandes considerações sobre isso. Conviria que se a lei fosse alterada viesse resolver problemas e não criar ainda mais problemas. Sejam quais forem os critérios que vierem a ser definidos, julgo que os municípios deviam ter alguma margem de liberdade e deviam poder alterar numa percentagem, por exemplo aumentar em 10% o número de freguesias. Pois o critério que for adequado para um determinado concelho pode não o ser noutros e conviria que fosse possível às assembleias municipais e assembleias de freguesia corrigir distorções.-----

Relativamente às pavimentações, à questão da colaboração das Juntas e a questão dos inertes, foi um problema que nos aconteceu pela primeira vez. Nós sempre que abrimos este tipo de procedimentos o preço não deve ser o único fator, normalmente é pelo critério da proposta economicamente mais vantajosa, onde o preço tem um peso e o transporte tem outro. Só que pela primeira vez só tivemos uma proposta. Se houvesse outra proposta de alguém perto seguramente teria ganho e infelizmente fomos confrontados com esse cenário. Independentemente desta dificuldade com este procedimento, tenho dito repetidamente a todos os Srs. Presidente de Junta que a prioridade tem que ser a manutenção das vias existentes, que temos que ter muita cautela quando se pensa abrir novas estradas, porque temos mais de 700Km de estradas para cuidar e são encargos que ficam para todo o sempre. Quanto aos caminhos em terra, só se forem caminhos muito antigos e creio que devem ser coisas muito pontuais, eventualmente sem casas ou então algum caminho que se calhar era de servidão e depois foi considerado pela Assembleia de Freguesia que era público. Não sei exatamente do que estamos a falar em termos de quantidade e de orçamento, mas depois falamos a ver se encontramos aí alguma solução e avaliar também a prioridade do investimento. Relativamente às cerimónias



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

do 25 de Abril, alguém aqui disse, e creio que foi inclusive o senhor Presidente de Junta, que a cerimónia realizou-se por insistência do PSD. Não foi nada disso! Sempre foi dito aqui que achamos bem, agora a questão que terá que ser equacionada por todos é se devemos fazer isto todos os anos, ou não, porque por exemplo – e isto não é crítica nenhuma – mas dos membros da Assembleia Municipal se calhar nem metade estavam. Atenção, não é crítica nenhuma, porque as pessoas têm os seus compromissos. O meu receio é que se crie uma rotina e que depois as pessoas não apareçam, mas se for entendimento unânime que devemos fazer todos os anos fazemos, sem problema nenhum, e se for entendido que se calhar o ideal é fazê-lo em datas redondas como por exemplo agora nos 45, nos 50 anos, etc, estamos abertos a isso. O que eu não queria é que a cerimónia se tornasse repetitiva, e com poucas pessoas, ou então que viéssemos para aqui disparar uns contra os outros, porque acho que não é esse o espírito. Outra possibilidade poderá ser a de fazer coincidir essa cerimónia com a própria Assembleia Municipal, embora aí os horários já podiam atirar o almoço para as duas ou três da tarde, mas era um sacrifício que poderíamos fazer. Estamos recetivos a pensar em todas as possibilidades e se calhar o melhor será que essa discussão se faça ao nível dos grupos municipais e o que vocês entenderem por mim está tudo bem.--- Relativamente à intervenção do Sr. Dr. Filipe Barbosa ainda a propósito do 25 de abril diz que não tem memória disto ter acontecido, eu também não tenho, mas o que me reportaram é que já se fez há muitos anos atrás e que depois caiu-se na rotina, já pouca gente vinha. Temos que ponderar bem isso. Quanto ao Plano de Pormenor da Praça do Românico, está na ata e foi falado na última reunião. Eu disse que estaria disponível para fazer uma apresentação, só que aí vocês, julgo que propositadamente, fizeram a sessão para marcar uma posição e tendo o PSD promovido uma discussão sobre esse Plano, achamos melhor não o fazer por enquanto. Quanto às considerações que eu teci na reunião de Câmara sobre o facto de as propostas serem absurdas, eu disse que elas o eram porque sendo apresentadas por membros da oposição, envolvidos desde o início no processo em sede de Reunião de Câmara, estes deveriam ser pessoas mais esclarecidas do que o comum dos cidadãos e saberem que certas propostas à partida não são de todo possíveis e que deveriam ter a responsabilidade de as filtrar. Eu também recebo muitas propostas infundadas e não digo às pessoas que é tudo possível, explico que não são possíveis por esta ou por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

aquela razão. E, quando eu disse que eram absurdas fi-lo porque grande parte dessas propostas iam contra aquilo que estava aprovado, aprovado por unanimidade em reunião de câmara. Ora, se tenho todos os projetos aprovados, se tenho o projeto da praça, o projeto do arruamento, o projeto da central, se tinha aprovado por unanimidade os protocolos com todos os proprietários onde está definido quase tudo, seria uma irresponsabilidade voltar atrás. Quando se avança para um Plano de Pormenor temos que saber o que queremos e portanto estas sugestões deviam ser contributos de melhoria, mas não deviam pôr em causa o que está para trás, porque senão isso equivaleria a rasgar tudo e começar de novo. Vamos ver se nos entendemos, as propostas que vocês apresentaram em reunião de câmara se fossem atendidas todas, tudo o que está para trás tinha que ficar sem efeito. E, quando eu digo que são absurdas estava a pensar, por exemplo, naquela de não haver construção num raio de 50 metros à volta do CIR e no facto de baixar o número de pisos de rés-do-chão mais três que é o que está previsto, para rés-do-chão mais dois, e eu digo absurdo porquê? Porque o PDM neste momento já permite rés-do-chão mais três e foi por isso que disse que era absurdo! Ou seja, ainda iríamos limitar mais os direitos das pessoas com o Plano de Pormenor? Normalmente, nos Planos de Pormenor acontece exatamente o contrário, ou seja, conferem mais direitos que o PDM. Aliás, o Plano de Pormenor, no caso em concreto até nem seria necessário, porque o Plano de Pormenor, não vai dar mais direitos às pessoas do que aqueles direitos que elas já têm, porque o local já é regido pelo Plano Diretor Municipal e prevê determinados índices de utilização que o Plano de Pormenor não vai esgotar. Concordaria com outro tipo de propostas de melhoria que não conflituasse com isto. Agora, tudo aquilo que conflitar não é de todo exequível, portanto o projeto não seria viável. Acham que nós passamos seis anos a negociar com as pessoas - e não imaginam a dificuldade que foi convencê-las para o efeito -, para agora chegarmos à beira delas com exigências que alteram grande parte daquilo que nos levou a fechar o acordo? Aliás, só a título de curiosidade, estamos agora no processo de revisão para adequar o Plano Diretor Municipal à nova lei dos Instrumentos de Gestão Territorial, que tem que estar concluída no próximo ano e a equipa que está encarregue desse trabalho disse-nos que o acordo que conseguimos com os proprietários é raro no país e que não conhecem outro caso em que se tenha conseguido o acordo de tanta gente. Normalmente os Planos de Pormenor falham sempre com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

um ou outro proprietário envolvido e qual era a alternativa que teríamos se falhassem? Ir para a expropriação! Mas ir para a expropriação *já*, não ia, porque ia meter a cabeça no *cepo*. As expropriações são autênticas lotarias e portanto não se haveria de fazer nenhum projeto no local. Alguém acredita que seria possível convencer as pessoas ao dizer-lhes “*olhe pelo PDM você até pode construir rés-do-chão mais três, mas nós propomos-lhe que aceite um Plano de Pormenor que vai reduzir a cércea para rés-do-chão mais dois!*” Mandavam-me à fava, literalmente. Depois, relativamente à intervenção da Dra. Alexandra sobre a segurança rodoviária, nós como disse, consultamos as Juntas de Freguesia, nem todas nos responderam, mas temos o quadro definido daquilo que falta fazer. A situação que disse na vila e nomeadamente aqui ao lado está por resolver. Ainda há dias falamos com a EDP, vamos fazer uma experiência para ver se resulta para depois aplicarmos em todo concelho no que respeita à iluminação das passadeiras e ainda há trabalho a fazer nas pinturas, entre outras coisas e isso está a ser feito com um investimento ainda considerável e espero também a curto prazo poder garantir o financiamento desse investimento de facto é prioritário.» -----

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- **PRIMEIRO PONTO:** Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Câmara e Discussão de Outros Assuntos de Interesse do Município -----

----- Intervenção do Sr. Filipe Barbosa do Grupo Municipal PPD-PSD: «Senhor presidente, não percebi muito bem a explicação, porque por aquilo que aqui foi dito, a nossa atuação foi extemporânea, mas eu depois fiquei sem perceber, se ela foi extemporânea por aquilo que foi dito antes e depois por aquilo que disse e também por aquilo que acabou por repetir, se ela foi extemporânea, porque aconteceu fora de prazo, ou seja, porque já estava tudo decidido ou então foi extemporânea, porque foi antes do prazo, porque até disseram que iam fazer, mas não o fizeram porque nós fizemos, mas se iam fazer, já não havia nada para fazer, porque já estava tudo negociado, não consigo perceber, tentem-me explicar, porque se colocam um Plano de Pormenor em discussão pública, é porque há alguma coisa para discutir, algo pormenor para discutir, se há propostas que são absurdas e eu assumo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

que tudo aquilo que viola os princípios do PDM já estabelecidos que nem sequer possam serem considerados, até posso assumir isso, de certeza que há outras coisas que não entram por aí, porque se me dizem até ficou escrito na ata que nós assumimos que íamos fazer mas vocês anteciparam-se, porque queriam tirar dividendos políticos disto. Mas, iam fazer o quê, se já estava tudo decidido. Eu verdadeiramente e penso que todas as pessoas nesta sala ficaram sem perceber a razão da discussão pública, porque uma coisa é negociar terrenos, negociar questões de arruamentos e mesmo aí há muito a discutir e de certeza que os proprietários não devem ter negociado ao pormenor. Outra coisa é ter negociado a capacidade, mas o senhor presidente está-me a dizer que sim que ficou negociado tudo ao pormenor, então por favor não façam uma simulação de discussão pública. Vão negociando ao mesmo tempo, não façam uma simulação, porque foi isso que tentaram dizer, vieram aqui dizer vocês estão a falar agora, porque já estava tudo aprovado, mas depois na última Assembleia disseram que iam fazer uma discussão pública, uma discussão pública sobre o quê? Sobre quê, se já estava tudo aprovado, desculpem, mas eu continuo, agora a pergunta é: Se disseram que iam fazer uma discussão pública, a minha pergunta é: Iam fazer, mas não fizeram, porque nós fizemos, mas se fossem fazer iam discutir o quê verdadeiramente? O quê? O que é que havia para discutir? Se já estava tudo decidido com os proprietários, se já tudo decidido em termos de arruamentos, em termos de capacidade de construção, já estava tudo decidido em termos de praça, em termos de pormenor. A discussão pública era o quê? Decidam-se? É que eu não consigo perceber? Num tom mais moderado, reforçar também aquilo que disse a Cidália sobre as questões do ambiente e dar os parabéns ao senhor vereador por uma coisa que há muito não se via no concelho e que também já se falou algumas vezes e que tem a ver com o aproveitamento a todos os níveis dos recursos hídricos, porque nós às vezes esquecemo-nos que felizmente temos um Rio Sousa e temos o Rio Mezio e que tão maltratados têm sido ao longo destes anos em vários sítios e não é preciso andar a espiolhar nem pôr sobre o microscópio para encontrar verdadeiros atentados ambientais cometidos e eu sei que muitos deles foram denunciados, até foram denunciados pela própria câmara e que não deram em nada. Eu não estou a dizer que os atentados que foram cometidos são da responsabilidade da câmara e que a câmara em boa verdade também na altura própria em muitas circunstâncias também não tomou as devidas providências e não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

deu andamento às questões. Mas, por outro lado não deixa de ser verdade, que até ao momento não tinha havido uma verdadeira preocupação e um verdadeiro projeto para a valorização destes recursos tão importantes para o concelho de Lousada e que há muito tempo que já mereciam este olhar mais atento.»-----

----- Intervenção da Sra. Cândida Novais do Grupo Municipal PPD-PSD: «Boa noite, senhora presidente, cumprimento todos os representantes. E, trago este cravo na mão, porque não ao peito, porque o 25 de Abril faz-se com as mãos, fez-se com as mãos e trabalhando. A liberdade está cara, disse-o aqui há bem pouco tempo e volto a dizê-lo, a liberdade está muito cara e então neste concelho quando se pede filtros à oposição está caríssima. Senhor presidente e caros concidadãos aqui presentes, domingo vão ser as eleições em Espanha, o futuro da europa vai ser decidido a partir de domingo e digo-vos mais uma coisa é que com esta democracia aqui plasmada não se queixem dos populismos. Eu avisei na última intervenção de Assembleia Municipal, porque de câmara já eu no outro mandato tinha pedido ao senhor presidente, nós, eu não, nós oposição para que esta situação fosse refletida quando foi apresentada a obra, que fosse refletida, umas das questões foi a questão do estacionamento, onde é que se iam estacionar? Como é que ia ser a mobilidade nas quatro entradas na praça ou entre outras questões, portanto não é extemporâneo. Nós não antecipamos na agenda, nós temos a nossa própria agenda. E, na reunião da Assembleia de 22 de fevereiro, eu coloquei esta questão ao senhor presidente de câmara e o senhor presidente de câmara, estava aqui a procurar onde é que estava a sua citação, mas vocês têm a ata, disse que sim senhor concordava, não foi por estas palavras, mas que concordava que fosse feita a consulta pública. Então a 22 de fevereiro não era extemporânea e agora já extemporânea. Se descobrirem um poço de petróleo quando fizerem as escavações, não se retrocede? Não se param as candidaturas? Em que fase é que estamos? O aeroporto do Montijo fica no Montijo ou vai para a Ota? São anúncios, não, não são. É a vossa verdade, o perigo dos populismos é este, é a única verdade e quando existe uma só verdade é a porta aberta para que, também o disse na última reunião de câmara, os jovens são muitos exigentes, a Geração Z, é uma geração após 94 que sabe o que quer, pois queixem-se que não vão votar, só 17% vão votar. Venham aqui pedir os votos das mulheres, ninguém vai votar com discursos como este, isto é tratar-nos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

carneiristicamente, isto é fazer de nós mentecaptos, isto é desrespeitar a nossa intervenção. Ó senhor presidente digo-lhe mais, eu vinha aqui fazer duas questões a propósito das delegações de competências e a propósito da oferta formativa. Este concelho é muito jovem, mas é muito inteligente e vai saber escolher. O senhor presidente e os senhores deputados queiram convir que é demasiado pedir à Assembleia que não pensem pela sua própria cabeça, que foi o que o senhor disse, é absurdo. Absurdo é vir pedir que nós estejamos calados. Absurdo é que nós concordemos que a vossa posição é a única posição certa. Absurdo é não ouvir a população e o Grupo Parlamentar do PSD organizou um debate e esse debate foi a nossa agenda e, se tiveram medo da antecipação da nossa agenda, o problema não é da população, o problema é vosso, têm medo de enfrentar a população. E o cravo vai na mão e não vai ao peito, porque o 25 de Abril faz-se com mãos e cabeça.» -----

----- Intervenção da Sra. Maria do Céu Rocha do Partido Socialista: «Só para esclarecer duas ou três situações. Vocês estão a repisar imensas vezes sobre o projeto da Praça do Românico. Eu acho que o senhor presidente foi claro, como foi claro noutras circunstâncias e vocês continuam a repisar. Claro que têm todo direito de apresentar propostas no tempo certo. O Plano de Pormenor é como o próprio nome indica Plano de Pormenor, não são alterações estruturais. O que eu vim aqui dizer no que diz respeito à responsabilidade, é isso mesmo, é atroz o que vocês estão a fazer e a dizer, é irresponsável, é atroz, é tudo isso que posso qualificar. Porquê? Porque há um tempo para isso e, nesse tempo, vocês aprovaram tudo. Isto são Planos de Pormenor, não são planos estruturais para se fazerem alterações drásticas. Porque é que iria ser feita essa consulta? Parece masoquismo, porque a lei assim impõe! Mas Plano de Pormenor, não é estrutural, não é alterar todo o projeto... Não, não é para “inglês ver”, é para cumprir a lei que os autarcas eleitos devem conhecer bem a legislação e não cometer a irresponsabilidade de achar que pela mão do PSD fariam chegar todas as propostas sem qualquer filtro, porque é extramente importante dizer à população e é isso que às vezes as pessoas não têm coragem e que o senhor presidente fez questão de dizer aqui, que muitas vezes a população chega até ele com determinadas sugestões e o senhor presidente tem o dever de lhes esclarecer por A + B, que aquela sugestão não pode ser tida em conta, porque a legislação diz A + B e isso vocês não foram capazes de fazer. O



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

que vocês fizeram foi colecionar uma lista de sugestões e apresentá-las ao senhor presidente e dizer “*nós fizemos o trabalho de casa, agora altere tudo se faz favor e se tiver que indemnizar as pessoas, indemnize*”. É isso que eu queria que vocês percebessem.» -----

----- Intervenção do Sr. António José Mendes do Grupo Municipal CDS-PP: «Boa noite senhora presidente e parabéns pelo lugar que agora ocupa, espero com sucesso se for de continuidade, cumprimentos ao executivo e aos colegas da Assembleia. Vou agora publicamente, mas já o fiz em privado, de facto realçar e para que fique registado, a excelência do nosso vereador do ambiente e a inteligência que tem tido em escolher os parceiros. E, estou à vontade para falar, eu sou bocadinho vaidoso, tenho tido o privilégio de ser amigo de algumas pessoas com quem a câmara tem estabelecido, nomeadamente o último como ontem dizia ao senhor vereador, José Carlos Mota são pessoas de excelência da Universidade de Aveiro, reconhecidos por todos, portanto parabéns, também se fazem coisas boas e fazem-se muitas coisas boas. Por vezes de uma maneira diferente daquilo que nós faríamos, mas neste caso penso que é consensual. Em relação a esta polémica que está aqui um bocadinho instalada e não está aqui o Dr. João Correia se não dizia dentro daquele espírito democrata-Cristão que eu tenho e que ele me reconheceu e eu fiquei muito agradecido. Parece-me que há aqui uma coisa clara e que já foi dito, e o executivo não vai levar a mal, porque é um direito que têm, reconheçam que há aquelas ditaduras democráticas quando têm uma maioria, aquilo que eu chamo ditadura democrata. E, desde o início do mandato e louvo a ousadia e frontalidade quando a câmara disse: nós tivemos maioria, nós governamos com o nosso programa, não vamos colaborar com os outros, não vale a pena. Portanto o projeto da Praça das Pocinhas é o da câmara, cumprem as formalidades e bem. E, nisso a câmara também penso, quer nas contas, quer nas formalidades, tem sido exemplar e portanto nós temos que aceitar e temos que não nos indignar muito e perceber que de facto é o programa vosso, quando for o nosso vai ser um bocadinho diferente, porque cada um pinta a casa da cor que gosta, portanto nós pintaremos de outra cor com certeza, mas vamos gastar a tinta. Fica esta boa disposição para dizer que daqui a uns anitos, se calhar estamos lá.» -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- Intervenção da Sra. Cidália Neto do Grupo Municipal PPD-PSD: «Eu estava aqui a ouvir com atenção, eu acho que quando nós desfocamos daquilo que é essencial começamos a perder-nos nas palavras e como dizia alguém, que agora não me recordo, era escritor, mas falhou-me a memória, *“as palavras são pedras”*. E, depois começa surgir isto começa a formar uma bola de neve e passado um bocado já estamos a ofender-nos uns aos outros, e acho que isso não tem interesse. E, estávamos a falar, eu julgo que o senhor presidente terá dito que as ideias eram absurdas e a forma como se coloca as coisas, o que é que nos dá a impressão e acho que não é também essa a imagem que queremos passar que o senhor presidente vem alguém de fora que por acaso não tem funções nem de vereador, nem de deputado e a pessoa vem com uma ideia absurda e o senhor explica-lhe: *“Olhe isto não pode ser assim”*, e muito bem e vem o vereador e apresenta uma ideia, isto é absurdo. O tratamento que dá ao vereador parece que é diferente do tratamento que dá ao comum dos cidadãos e julgo que não era essa intenção certamente do senhor presidente, penso eu, digamos que tratar mal as pessoas ou as ideias das pessoas. E, julgo que quando o PSD fez eco daquilo que foram as opiniões das pessoas, também fê-lo de forma genuína e julgo também que o povo diz que só não há solução para a morte. E, portanto eu acho que também apresentar as ideias não se paga imposto, não é verdade. E, eu acho que a missão do senhor presidente era somente dizer: *“olhe isto não pode ser ou desta forma, não tem que ser daquela, por isto ou por aquilo...”* Acho que poderia ter evitado realmente essa consideração do absurdo. De qualquer forma as ideias são as ideias e quando nós estamos a tentar recolher ideias, é obvio que não vamos logo à partida limitar as pessoas. E, dessa forma, eu acho que devemos respeitar todas elas e se não são possíveis, não são possíveis e se são possíveis, são possíveis. Se era uma mera formalidade, eu vou dizer que essa consulta nunca me pareceu uma mera formalidade, pelo menos achei que era a valer e a maior parte das pessoas acharam que era a valer. E, portanto fico assim um bocado surpreendida com estas considerações.» -----

----- Intervenção do Sr. Fausto Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Silves, Pias, Nogueira e Alvarenga: «Eu até me venho a rir, porque de facto está aqui a comunicação social, no meio disto tudo se nós não nos rimos disto ficamos mesmo doentes. O que se passou aqui hoje foi de facto inexplicável. Meus senhores a CCDRC, que por acaso até é o site que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

consulto frequentemente tem aqui a explicação que é importante que toda a gente leia para saber o que é um Plano de Pormenor. Não sou eu que o digo, não somos nós que o dizemos. E, portanto aquilo que o senhor presidente da câmara disse que era absurdo, tem aqui por exemplo quando diz que os Planos de Pormenor, estabelecem o desenho urbano, exprimindo a definição dos espaços públicos, incluindo os espaços de circulação viária, pedonal, de estacionamento, bem como o respetivo tratamento, a sua localização de equipamentos, as zonas verdes, os alinhamentos, as implantações, etc. A distribuição de funções, conjugações de utilizações de áreas de construção e a definição de parâmetros urbanísticos, designadamente e repito, porque foi aquilo que foi mais criticado, inclusivamente pelo senhor presidente e designadamente a densidade máxima de fogos, o número de pisos, bem alto para que se perceba, altura total das edificações ou altura das fachadas, para não dizer o resto tudo que está aqui. E, no Plano de Pormenor e quando há uma consulta pública para um Plano de Pormenor, tudo pode ser dito sobre isso e o que foi dito e eu sei muito bem o que foi dito foi precisamente um conjunto de opções sobre a localização dos equipamentos públicos como foi a situação do Interface Intermodal, foi a altura dos prédios, o distanciamento, os ajardinamentos, etc. Consulta prévia na altura da discussão e, senhora deputada caiu-lhe a máscara, afinal de contas 25 de Abril é nada, a senhora reduziu 25 de Abril a nada, porque quando disse que afinal isto é uma mera formalidade. É uma mera formalidade, então senhora deputada quando se fala na participação, numa democracia participativa, tudo isso e a discussão de um Plano de Pormenor é uma mera formalidade. Assim percebemos qual é a vossa intenção e qual é a forma de ver o 25 de Abril, da democracia, da pluralidade. E, depois ainda vem com outra questão que é: é costume a senhora deputada vir cá dizer assim qualquer coisa que nós façamos é prematuro, mas depois também extemporâneo. A senhora não vive no presente ou vive? Diz ou é antes ou é depois e nós nunca estamos no presente. Nós estamos aqui a construir todos nesta Assembleia aquilo que é as decisões atuais que vão ter interferência no futuro. E, portanto não há nada que possa impedir essa discussão. Não há nada que nos possa impedir de participar. Nós estamos aqui por direito próprio e o fizemos dentro dos prazos legais, porque o senhor vereador Leonel Vieira, transmitiu ao senhor presidente da Câmara que tendo acabado o prazo, um dia antes ia fazer chegar as propostas na reunião de câmara que era na quinta-feira a seguir e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

portanto foi com a concordância do senhor presidente da Câmara que essas propostas foram apresentadas em reunião de câmara, portanto isto foi dentro dos prazos. Segunda questão, que acho que é muito importante este Plano de Pormenor, é uma coisa importante para o concelho. O PSD sempre o assumiu esta obra é uma obra importante. E, portanto temos que todos que dar contributos válidos para que façam decisões assertivas. O grande problema deste país e muitas vezes deste concelho num caso ou noutro é que muitas vezes não se discutem seriamente as coisas. Onde é que está a transparência que tanto se fala. Aliás, o que é que fazem uma consulta pública, uma discussão pública é a transparência, a promoção da transparência. Colocar as questões, porque é que os diplomas são postos a discussão pública, para colocar as questões para que qualquer cidadão, qualquer pessoa, qualquer partido possa discutir corretamente. E, outra coisa que também não percebo senhor presidente, então se for da oposição são absurdos, porque são da oposição. Senhor presidente desculpe lá, são absurdos porque são da oposição e agora está visto que a proposta dos três pisos, dois pisos, do rés-do-chão mais um piso, pode ser uma proposta que seja definida num Plano de Pormenor. Agora, é que temos aqui a questão, é que o senhor presidente pôs *“os carros à frente dos bois”*, se calhar. Agora sim o senhor presidente fez as negociações, fez um conjunto de acordos com os proprietários e agora percebe que há situações que não pode reverter. Eu até compreendo isso, mas tenham dito logo de uma vez. Se o senhor presidente fosse logo claro e tivesse dito logo de uma vez que isso era impossível, que estava negociado, que não havia outra forma de o fazer, se calhar não estávamos aqui a perder este tempo. Agora, que é possível, aliás senhor presidente outra questão, imaginemos e está ali o senhor vereador Manuel Nunes da arqueologia, hoje muito falado, graça a Deus, o que é que, mas ele é um homem católico, eu sei que ele é, o que é que pode acontecer se nós encontrarmos ali uma praça arqueológica? O que é que vai acontecer? Então, todos os acordos, tudo o resto, tudo o que estava acabou, ou seja, reparem a questão como é que as coisas se colocam, bem eu nem digo nada, porque isto hoje de facto, é assim isto se for assim que nós e está visto que é assim que se governa este concelho e que depois nos queixemos da fraca participação das pessoas, é também aquela questão de não ter feito uma discussão pública. O PSD faz as discussões internamente ou publicamente que entender, não tem que dar cavaco a ninguém sobre o assunto, é livre, é autónomo, está constituído democraticamente neste país



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

e, portanto tem toda autoridade para o fazer. Agora, a câmara tem responsabilidades, não estamos a falar do PS, o PS faz o que quiser. Agora, a câmara tem responsabilidades institucionais para de facto fazer isso e o senhor presidente tinha o prometido aqui que o ia fazer. E, portanto essa questão não se pode misturar e ainda depois veio dizer que não foi convidado para a discussão do PSD, senhor presidente da câmara em que qualidade?» -----

----- Intervenção do Sr. Filipe Barbosa do Grupo Municipal PPD-PSD: «Só preciso de trinta segundos para dizer que se houve necessidade legal de colocar o Plano de Pormenor em discussão pública, também não é por acaso como disse na minha primeira intervenção era porque estamos a falar de uma obra que verdadeiramente vai modificar aquilo que é a nossa vila. Agora se ela estava negociada previamente.....» -----

----- Intervenção do Sr. Rui Pereira do Partido Socialista: «Eu não vinha falar, mas depois de assistir à intervenção do presidente de Junta de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga teve que ser. Senhor Fausto, tive que vir aqui intervir porque cada vez mais acredito, e já lhe disse isto em reunião da Junta, que o senhor tem duas caras, uma aqui e outra na Junta. É que realmente eu sei o que é ser oposição consigo no poder e vê-lo falar aqui de transparência e democracia, deixa-me assim com um certo nó na garganta. E só espero que o senhor presidente leve estas ideias para a Junta de freguesia.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Eu acho que não preciso de falar mais alto do que os senhores deputados, para me ser dada razão. Mas parece que há aqui quem pense que por falar mais alto lhe será dada razão. Então quando está a comunicação social, ainda se fala mais alto para parecer que se tem razão. Senhor presidente da Junta de Freguesia de Silvares, Nogueira, Pias e Alvarenga, o senhor foi ler um parecer da CCDRC, mas não precisava de o fazer, bastava ler a lei. É evidente que um Plano de Pormenor regula tudo isso e se nós quiséssemos o Plano de Pormenor até podia prever só rés-do-chão, nós decidimos. A questão não é essa. A questão é que há muitas formas de conceber o Plano de Pormenor. O Plano de Pormenor pode ser de iniciativa municipal, de iniciativa particular e pode ser misto, que é o caso. Eu disse que é absurdo e repito



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

que é absurdo, é irresponsável e vou explicar porquê. E se calhar vocês concordam comigo, embora não aceitem e a gente percebe porquê... Porque é que é absurdo? Porque os projetos foram aprovados por unanimidade na Câmara, e temos as candidaturas apresentadas e já algumas aprovadas e por outro lado temos uma coisa que a própria lei prevê que são contratos de planeamento, são acordos que são feitos entre o município e os particulares que têm terrenos abrangidos por esse Plano de Pormenor, que no fundo se regula aquilo que vai ser o Plano de Pormenor. É evidente que depois os órgãos próprios têm competência para não concordar. O plano de Pormenor pode não vir a ser aprovado, mas esta é a nossa proposta, que foi concertada com os particulares. E nesses contratos de planeamento cujas minutas foram aprovadas por unanimidade na reunião de câmara, está lá previsto o que cada um vai construir, porque senão as pessoas também não iam dar um cheque em branco à camara municipal. E, portanto como é que se aprova hoje por unanimidade um documento que prevê tudo isso e passado um mês ou dois se vem dizer que não, que deve ser menos qualquer coisa? Isso é irresponsável, é absurdo, não se consegue perceber. Eu tinha quase a certeza, mas está na ata que foi aprovada há pouco tempo. Eu não disse que ia fazer um ato público de consulta pública de recolher sugestões. Eu disse apresentação do projeto, está aqui na ata. Eu disse que se calhar justificava-se fazer a apresentação pública do projeto. Aliás, lembro-me perfeitamente que no último mandato, a Dra. Cândida Novais era vereadora, as primeiras pessoas a saber do projeto foram os senhores vereadores, todos na reunião de câmara. Eu convidei os projetistas e os autores dos projetos trouxeram a maquete, fizeram a apresentação do projeto e não sei se foi no próprio dia ou numa discussão após que a senhora vereadora disse na reunião de câmara – e há-de estar em ata – que era *a obra do regime* do senhor presidente. Eu admito que este projeto cause um desconforto em algumas pessoas de ver que afinal aquilo que parecia mais uma obra megalómana como era o Complexo Desportivo, uma obra que ia ser tão difícil, tão complexo negociar com tanta gente, alocar tantos recursos públicos que se calhar não se ia conseguir e afinal vamos conseguir. Acredito que isto vos cria algum desconforto e só nesse cenário é que percebo estas incongruências. É completamente irresponsável nós votarmos uma coisa hoje e amanhã dizer “*afinal arrependi-me*” ou então “*afinal isto vai ser mesmo real pelo que temos que arranjar aqui algum ruído*”. Agora, quando chegar o momento oportuno para esta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Assembleia e a Câmara Municipal deliberarem sobre a aprovação, ou não, do Plano de Pormenor vocês terão a liberdade de fazê-lo, se quiserem votar contra, poderão fazê-lo perfeitamente. Agora, têm que ter a noção clara do seguinte: se o fizerem fica tudo sem efeito, tão simples quanto isso. Vocês não fazem ideia do que estão a falar, ou melhor, até acho que fazem ideia e por isso estamos neste ponto de discussão. Não imaginam a dificuldade que foi e sinto-me triste, porque acho que é irresponsabilidade a mais vir colocar em causa tanto trabalho depois de concordarem com tudo. Falem com os particulares envolvidos e eles que vos digam o quão difícil foi chegar aqui. E, portanto, a câmara não está aqui a favorecer ninguém, porque o Plano de Pormenor também podia prever isso, podia dar mais direitos, podia aumentar os índices de construção que o PDM prevê, é uma das possibilidades dos Planos de Pormenor. Os Planos de Pormenor podem alterar aquilo que o PDM prevê. Claro que pode haver contrapartidas, assim como poderia haver necessidade da Câmara indemnizar os particulares. O Plano de Pormenor não seria obrigatório para o caso em apreço, mas eu fui o defensor do Plano de Pormenor, porque entendi que estes projetos só fariam sentido se fossem vistos no seu todo, e se o todo tivesse coerência entre si. De nada valia a Câmara ter um bom projeto para a praça, se depois a construção envolvente não tivesse a mesma linguagem ou não tivesse harmonia, daí que surgiu a necessidade de conceber um Plano de Pormenor e neste caso concreto é evidente que a discussão pública não terá o mesmo interesse que tem noutras coisas mais abstratas, mais genéricas, sendo um Plano de Pormenor, está quase tudo definido. Portanto as sugestões ou encaixam nestas estratégia e melhoram de algum modo sem pôr em causa estes pressupostos ou então não são possíveis e por isso é que eu disse também que se todas aquelas propostas que foram apresentadas fossem atendidas era rasgar tudo e começar de novo, ou melhor não tínhamos sequer a possibilidade de começar de novo. Quando a Dra. Cândida disse que o presidente que ia fazer uma consulta pública e que agora é extemporâneo, eu disse e reafirmo: *“poder-se-á justificar fazer-se uma apresentação pública do projeto”*, está em ata senhora deputada, foi o que eu disse e não aquilo que a senhora afirmou. Agora será que se justifica fazê-lo, quando toda a gente conhece o projeto? Acho que já não é oportuno. E, portanto, quando eu disse que é extemporâneo, não era a consulta, o que eu disse que era extemporâneo era votar-se uma coisa hoje e depois pô-la em causa a seguir. Nos contratos de planeamento que foram



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

aprovados em reunião de Câmara está lá prevista a capacidade construtiva de cada lote, pois se assim não fosse os proprietários não os teriam assinado, e não teriam cedido os terrenos necessários para fazer a praça e demais infraestruturas, sem saber que direitos de construção iriam ter, sendo certo que se eventualmente o Plano não vier a ser aprovado pela Câmara ou pela Assembleia, não temos Praça, não temos nada. E teríamos que indemnizar e tenham noção que seria muito dinheiro para indemnizar. Por outro lado, só quero dizer à senhora deputada que longe de mim fazer da senhora deputada ou de alguém desta Assembleia mentecapto, longe de mim.... Lembro ainda que haverá um período de discussão pública do plano de pormenor. O que eu disse que me parece já não ser oportuno é a apresentação do projeto que é coisa bem diferente. -----

Respondendo ao Dr. Filipe Barbosa, sobre a questão do Rio Sousa, acrescentar só, porque acho que é muito importante, que para além de termos denunciados alguns casos que são vergonhosos, tomei a medida mais radical que é a demolição de algumas construções. A minha decisão foi impugnada, creio que só para ganhar tempo e está em tribunal há dois anos e portanto não posso dar execução a essa ordem demolição, sendo certo que quando o tribunal decidir e creio que vai ser favorável à câmara municipal é das primeiras coisas que vou fazer seguramente e já disse isso ao visado, disse-lhe que a primeira coisa que farei quando a lei me permitir é de facto executar aquela ordem de demolição que está dada há seguramente dois anos.» -----

----- **SEGUNDO PONTO: Pedido de Suspensão de Mandato por 365 dias** -----

----- Esclarecimento da Sra. Presidente da Mesa: «O membro Jorge Manuel Malheiro de Magalhães, do Grupo Municipal do Partido Socialista, solicita a suspensão do mandato por trezentos e sessenta e cinco dias, por motivos profissionais.» -----

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal o pedido de suspensão do mandato por trezentos e sessenta e cinco dias do membro Jorge Manuel Malheiro de Magalhães, eleito pela lista do Partido Socialista, foi aprovado por unanimidade de trinta e três votos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- Não participaram na votação os seguintes membros: Maria Cândida Peixoto Gonçalves de Amorim Novais, Adão António Moreira, presidente de Junta de Freguesia de Caíde de Rei e Armando da Costa Silva, presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão).----

----- **TERCEIRO PONTO: Prestação de Contas do Ano de 2018** -----

----- Intervenção do Sr. Filipe Barbosa do Grupo Municipal PPD-PSD: «As contas como os planos previsionais tem esta questão, depende do ponto de vista e da perspetiva com que nós olhamos, nós podemos torturar as contas, podemos torcê-las para elas darem aquilo que nós queremos, e neste aspeto a Bancada do PSD, subscreve aquilo que foi dito em reunião de câmara pelo Simão Ribeiro que é *estas são as vossas contas, aquilo que sozinhos definiram e aprovaram no plano e Orçamento para 2018* e neste contexto cabe-nos a nós eleitos pela Coligação Lousada Viva, apenas fazer uma análise cuidada e ele faz a análise cuidada. Realça alguns aspetos que há a realçar, mas em boa verdade é exatamente isto é nós podemos torturá-las, podemos torcê-la, mas no fim elas são aquilo que nós quisermos ver ou maior execução aqui ou menor execução ali como o Simão acabou por mostrar nalguns pontos, mas é esta realidade, por isso a nossa decisão será a mesma decisão que foi dos vereadores da Coligação que é abstermos nas contas, porque estas não são as nossas contas, esta não é a nossa execução.»-----

----- Intervenção da Sra. Eduarda Ferreira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Excelentíssima senhora presidente da Assembleia Municipal, excelentíssimo senhor presidente, excelentíssimos senhores vereadores, membros da Assembleia Municipal e senhores e senhoras. A prestação de contas deste executivo não deixa margens para dúvidas: o caminho traçado e seguido continua a pautar-se pelo equilíbrio e pela inteligente e rigorosa gestão do município. Analisado o relatório de contas podemos assistir a um conjunto de boas notícias para os lousadenses. São de destacar, o aumento da poupança corrente em mais de 242.009,68EUR; a cobertura das despesas pelas receitas internas e receitas próprias, demonstrando assim uma boa capacidade de financiamento interno e um elevado grau de independência. De facto, no que diz respeito às receitas correntes,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

conseguimos ver que os impostos diretos mantiveram o seu peso, bem como os impostos indiretos, taxas e transferências e vendas de bens e serviços. Constata-se uma boa capacidade de financiamento por receitas próprias e controladas pelo município. O município cumpre assim o princípio do equilíbrio orçamental bem como os limites estabelecidos no Regime Financeiro das Autarquias Locais. Estabelece um teto de mais de 34 milhões de euros, enquanto Lousada permanece com um passivo de 11 milhões, bem inferior ao limite. O município demonstra assim uma capacidade considerável de financiamento por receitas próprias. As rubricas do passivo revelam uma diminuição face a 2017. Ademais, acresce o facto das despesas com o pessoal terem diminuído em relação ao ano anterior, pese embora a total reposição salarial que foi levado acabo, tal releva um esforço de contenção e uma gestão adequada dos recursos humanos. Em minha opinião também que é necessário no futuro se venha a fazer uma avaliação do número de Recursos Humanos da autarquia após inúmeras saídas, quer por via da reforma, quer por imposição governamental. Assistimos diariamente a um envelhecimento, infelizmente dos recursos humanos na função pública em geral e nas autarquias em particular, situação que obrigar Estado a repensar esta situação para que seja prestado um adequado serviço público sem obrigar as autarquias a fazerem uma gestão no limite como tantas vezes temos vindo a observar. De notar também e positivamente que diminuem as dívidas a terceiros, o que per si é facto positivo. Quanto A dívida de terceiros, obviamente que permanece controlada e quando passível de ser arrecadada atentas também as condicionantes sociais dos devedores são coercivamente cobradas. Nesse sentido, é notória que esta prestação de contas continua a comprovar a boa gestão deste Município e isso é causa de orgulho.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Só para registar a forma, na minha opinião responsável e clarividente, que o PSD assumiu neste assunto. De facto, é como diz, não é a vossa execução, mas contas são contas e depois elas são auditadas, ninguém as questiona, parece-me uma abordagem séria que tiveram neste assunto. Depois, a Dra. Eduarda já disse o que havia para dizer de mais relevante neste assunto. Poderia só acrescentar um ponto ou outro relativamente às dívidas a terceiros. Ainda podiam ser melhores e o prazo médio de pagamento também se o IMI fosse recebido mais cedo, porque como sabem, agora contrariamente ao que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

acontecia no passado, paga-se mais fracionado o IMI, e ainda bem porque alivia os orçamentos familiares, mas a última tranche chega normalmente aos cofres do município no dia vinte ou vinte e tal, e portanto com aqueles feriados todos ficamos com muito pouco tempo para processar pagamentos. Assim, o que acontece é que há muitas faturas que são pagas em janeiro quando poderiam ser pagas em dezembro se o IMI fosse recebido antes e, portanto, há muita dívida a terceiros que poderia não existir. Uma hipótese é fazer uma operação de tesouraria, de dívida de curto prazo, um empréstimo por um mês, mas não sei se isso vale a pena. Mas se não fosse isso, havia aqui parâmetros que ainda seriam bem melhores. De qualquer modo é de registar esta trajetória constante de responsabilidade na gestão do município. É evidente que de ano para ano há indicadores que melhoram, há outros que pioram, mas sempre muito pontualmente e depois no ano a seguir um anula o outro e portanto é esta trajetória que temos vindo a seguir. Registo com muito agrado o facto da despesa corrente estar cada vez mais controlada, não temos naturalmente aquela capacidade de investimento que desejaria ter, mas isso também é fruto do facto de nós termos abdicado de receita significativa, como sabem, e portanto obrigam-nos de facto a fazer uma *ginástica* grande, a trabalhar também aquilo que é a capacidade de endividamento do município. Aliás, na próxima Assembleia Municipal vou trazer aqui a proposta de contração de um novo empréstimo para financiar o plano de investimento, mas sempre com responsabilidade de controlar aquilo que é a dívida de médio e longo prazo. Temos uma capacidade de endividamento invejável, mas naturalmente que ela não é para esgotar, é para se manter numa margem confortável, assim determinam as regras da prudência e da responsabilidade e portanto tenho dito isto repetidamente, acho que temos essa responsabilidade de um dia quando deixarmos de exercer funções, quem nos suceder tenha condições similares às que eu tive para governar o município, para concretizar as suas ideias, os seus objetivos. Lousada continua a ser um município de boas contas e registo isso com uma enorme satisfação.» -----

----- De seguida foi posta à votação a proposta número um do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação dos Documentos de Prestação de Contas do Ano de 2018, conforme estabelece a alínea l), do n.º 2, do artigo 25.º e o n.º 2 do artigo 27.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, bem como a apreciação do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Relatório de Gestão, Certificação Legal de Contas e do Parecer sobre as Contas Apresentado pelo Revisor Oficial de Contas (C & Ribas Pacheco), em cumprimento do n.º 1.º e 3.º do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais) ” -----

----- A proposta número um foi aprovada por vinte e um votos a favor e catorze abstenções dos seguintes membros da Assembleia Municipal: Júlia Maria Ferreira Ribeiro; António José Pacheco Mendes; Maria Cândida Peixoto Gonçalves de Amorim Novais; António Filipe Cardoso Barbosa; Hugo Miguel Veríssimo Soares (substituto de Ricardo Bessa Marques); Alexandra de Fátima Teixeira Bessa; José Manuel Teixeira Gonçalves; Jorge Manuel Dias Furtado; Cidália de Lurdes Pereira Neto; Carlos Pedro Teixeira Moreira, presidente de Junta de Freguesia de Meinedo; José Martins Ferreira, presidente de Junta de Freguesia de Nevogilde; Diogo Agostinho Carvalho Aires, presidente de Junta de Freguesia de Sousela; João Fernando Pinto Magalhães, presidente de Junta de Freguesia de Figueiras e Covas e Fausto Manuel da Costa Oliveira, presidente de Junta de Freguesia de Silves, Pias, Nogueira e Alvarenga. -----

----- Não tendo participado na votação o seguinte membro: Armando da Costa Silva, presidente de Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão). -----

----- **QUARTO PONTO: Inventário de Todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais** -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se considerou apreciado o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação conforme estabelece a alínea l), do número dois, do artigo vinte e cinco da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----

----- **QUINTO PONTO: Contratação de Empréstimo a Longo Prazo até 770.000,00€** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- Intervenção do Sr. Filipe Barbosa do Grupo Municipal PPD-PSD: «Em nome da bancada, que fique claro, que o PSD não sendo sempre favorável a que se contraia empréstimos, é favorável à aquisição destes dois terrenos. Até porque a relação de preço parece-nos bastante adequada. No entanto, sem entrar e não é uma coisa que eu costume fazer, mas sem entrar aqui em maniqueísmos dualistas e a título pessoal dizer, porque o que vou dizer de seguida não vincula a totalidade ou poderá não vincular a totalidade dos membros da bancada do PSD. Não obstante eu concordar com a compra do terreno que tem como objetivo construção do novo Mercado Municipal, não concordo que naquele local se faça o Mercado Municipal. Não concordo que naquele local nobre, aqui mesmo ao lado, se faça o Mercado Municipal e mais, a título pessoal parece-me que esta deva ser uma decisão que deve ser repensada - a questão do Mercado Municipal de Lousada. Nós devemos pensar verdadeiramente o que é um Mercado Municipal, atendendo à tipologia de mercado que temos, à tipologia de lojas que temos e se faz sentido. Não estou a questionar a compra do terreno, eu acho que a compra do terreno é absolutamente importante, é necessária e que estando à venda por este preço, o município não deve hesitar em comprar o terreno. Tenho é sérias dúvidas que aquele terreno, na localização em que está, deva ser ocupado com o Mercado Municipal, para o qual, eu não vejo em boa verdade, a não ser que façamos um grande Plano de Pormenor de construção daquilo que é o Mercado Municipal e que seja com uma ampla discussão pública e que façamos aqui algo de absolutamente extraordinário. E, não estou a dizer que isto não é possível e basta ver aquilo que se tem feito em muitas cidades, não só em grandes cidades, os mercados de Madrid, Barcelona, Bruxelas, Antuérpia, o que nós quisermos, mas também noutras pequenas cidades, nós podemos ver até o Porto e Lisboa a forma como tem transformado alguns dos mercados. Eu estou a dizer é que utilizar aquele terreno para fazer o Mercado Municipal para as lojas que nós temos no outro Mercado Municipal é na minha opinião um completo absurdo.» -----

----- Intervenção do Sr. Fausto Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Silves, Pias, Nogueira e Alvarenga: «Eu venho falar um bocadinho sobre esta situação, porque é uma situação, tendo em conta, aliás porque é uma área do território de União de Freguesias, aqui em Silves. E, é uma reflexão que tenho feito e faço completamente a título pessoal tal como as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

palavras do Filipe. De facto, temos vindo a refletir eu e ele e outras pessoas se vale a pena fazer o Mercado Municipal. E, se calhar aqui a cara colega vai dizer que é prematuro, não é, estas questões podem ser prematuras, mas acho que não é prematuro. Muitas vezes as afirmações que nós fazemos aqui não são tidas em conta e, portanto, estamos a dizê-lo claramente agora, para que fique claro, antes de todo o tempo, concordo em absoluto com a compra do terreno, de facto acho que faz todo sentido. Aliás como a aquisição dos terrenos junto e outros investimentos que aliás ontem falei com o senhor presidente outros investimentos que tem feito, inclusivamente fico contente com os investimentos que fez na aquisição dos terrenos junto ao Rio Sousa, em Pias. E, portanto faz todo o sentido que o município invista nestas áreas e outras e portanto que vá adquirindo aquilo que for possível dentro dos constrangimentos económicos e financeiros do município. Agora, de facto, faz sentido fazermos uma grande reflexão sobre isso. Gostava e ficava contente que um dia o senhor presidente trouxesse aqui um outro empréstimo se fosse preciso, que era para comprar um terreno para os Bombeiros Voluntários de Lousada. De facto, este terreno foi comprado para ser para o Mercado Municipal. Eu disse numa altura na Assembleia dos Bombeiros e volto a dizê-lo aqui também, porque é também o local certo que de facto os Bombeiros, efetivamente e para aquilo que é o futuro e prevendo o futuro daquilo que é a Proteção Civil em Lousada, que é uma necessidade e que é também um compromisso da câmara e é uma responsabilidade da câmara, que de facto se comece a pensar e façam uma articulação ali com o senhor presidente dos Bombeiros, que por acaso está aqui na sua dupla qualidade, no sentido de se encontrar uma solução, para que se um dia ou até se calhar em muito em breve houver financiamento comunitários para a construção de quarteis, os Bombeiros estejam já preparados para essa situação. E não ficaria descabido e teria da minha parte, pessoalmente e penso que também da parte do PSD, o apoio para se adquirir um terreno para que os Bombeiros de Lousada tenham instalações condignas, instalações que prestem serviços de melhor qualidade, não quer dizer que não o façam agora, digamos com os constrangimentos que tem, mas que no fundo também prepararmos o futuro.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Relativamente, ao mercado não tenho nenhuma ideia fixa que tenha mesmo que ser concretizada a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

curto prazo. Ainda por cima num cenário em que tudo aquilo que era disponibilidade financeira do PARU está esgotada. Nós em dezembro passado com estes projetos que falei há pouco e muitos outros esgotamos tudo aquilo que estava previsto para Lousada. Agora vamos ter um reforço por força de uma reivindicação que já aqui falei em outras Assembleias, mais do que uma sensação, uma clara convicção de que cinco municípios aqui do Tâmega e Sousa foram fortemente prejudicados com as regras no início deste quadro comunitário que dividiram os municípios que podiam aceder aos PEDUS e os municípios que podiam aceder aos PARUS, foi uma diferença abismal e no caso em concreto Lousada, Felgueiras, Amarante, Marco de Canaveses e Paços de Ferreira, são municípios com dimensão territorial e populacional equivalente ou maior do que alguns que estiveram nos PEDUS e que receberam verbas do dobro do que nós recebemos. E, portanto esta situação foi sinalizada e felizmente tivemos no atual presidente da comissão de coordenação um parceiro que percebeu a justiça da nossa reivindicação e que conseguiu, em sede de reprogramação, uma discriminação positiva e grande parte da dotação que vai reforçar os PARUS vem justamente para estes cinco concelhos. Parece-me que iremos ter aqui mais um milhão e cem mil euros e não me faltam projetos para executar. Aliás, é público porque na altura levamos à reunião de câmara aquilo que eram os projetos prioritários e os complementares e portanto temos aqui outros projetos para executar, estamos a trabalhar neles e eventualmente a decisão não está fechada, mas uma das possibilidades é de facto darmos mais tempo para amadurecer esta ideia do mercado. Sendo certo que me parece completamente possível conciliar essa ideia do mercado com a outra ideia, da qual já há muito tempo se fala, de concentrar serviços públicos e portanto vai-nos dar mais tempo para amadurecer essa ideia. Concordo no sentido de que o urgente é de facto garantir a aquisição daquele terreno, porque aliás não estava previsto, foi uma oportunidade, já o disse publicamente, a ideia ocorreu quando vi a placa a dizer vende-se. Vende-se aqui ao lado do Pelourinho e dos Paços do Concelho, a câmara tem que ir à luta e felizmente conseguimos. Portanto nada está decidido e nesse aspeto podem estar descansados que vamos ter essa preocupação de após esta etapa importante de garantir a aquisição do terreno e depois dar o melhor destino possível ao terreno. Sendo certo que eu acredito que seja viável o mercado, mas com outro conceito que não é o conceito atual de mercado e estamos de acordo como é óbvio, mas quando defendi e defendo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

o novo mercado é num conceito diferente. É evidente que temos de ter a noção da nossa realidade e portanto não nos podemos comparar a esses grandes centros que falou e que de facto têm mercados que são autênticas atrações turísticas, acrescentava só um que quando tiver a oportunidade de visitar vale a pena que é o de Roterdão, uma coisa fabulosa, moderna, com habitação e serviços por cima e de facto é um espaço fabuloso. Isto para dizer que o projeto se for bem elaborado, bem pensado, poderá ser um sucesso. Seja o que for o mercado ou outra coisa qualquer pode de facto ser um polo de atração para o concelho. Relativamente à questão dos Bombeiros, diria que não é uma questão nova para nós. Nós estivemos sempre ao lado dos Bombeiros e estes andaram no terreno a identificar possíveis locais, a pensar com tempo esta situação para analisarem o que pretendem e já fizemos pelo menos duas tentativas que se frustraram dado os valores pedidos e portanto tenho acompanhado essas diligências. É um assunto que está em cima da mesa e seguramente que a câmara terá aqui um papel decisivo nesse processo.» -----

----- De seguida foi posta à votação a proposta número dois do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada autorização para contratação de empréstimo a longo prazo até ao montante de 770.000,00€, (setecentos e setenta mil euros), pelo prazo máximo de 15 anos, com uma taxa de juro indexada à EURIBOR a 6 meses acrescida de um spread de 0,74% (alternativa B), junto do Banco BPI, S.A., destinado ao financiamento da “Aquisição de Terrenos para Ampliação do Complexo Desportivo e Novo Mercado Municipal” e respetiva contratação, nas condições constantes da informação protagonizada pela Chefe da Divisão de Gestão Financeira de 12 de abril de 2019 e do Mapa Demonstrativo da Capacidade de Endividamento do Município, em conformidade com o disposto na alínea f) do n.º 1 e n.º 4 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 5 do art.º 49.º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro” -----

----- A proposta número dois foi aprovada por unanimidade de trinta e quatro votos.-----

----- Não tendo participado na votação os seguintes membros António José Pacheco Mendes e Armando da Costa Silva, presidente da Junta de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Freguesia de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão) -----

----- **SEXTO PONTO: Primeira Revisão ao Orçamento da Receita, Segunda Revisão ao Orçamento da Despesa e ao Plano Plurianual de Investimentos** -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número três do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da 1.^a Revisão ao Orçamento da Receita, 2.^a Revisão ao Orçamento da Despesa e 2.^a Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos de 2019, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro” -----

----- A proposta número três foi aprovada por unanimidade de trinta e quatro votos.-----

----- Não tendo participado na votação os seguintes membros António José Pacheco Mendes e Armando da Costa Silva, presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão) -----

----- **SÉTIMO PONTO: Atribuição de subsídio à Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nespereira e Casais** -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número quatro do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da atribuição de subsídio no valor de 5.000,00€ (cinco mil euros), para realização de obras de retificação de serventias de acesso na Rua da Cerca e Rua do Calvário, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela lei 75/2013, de 12 de Setembro» -----

----- A proposta número quatro foi aprovada por unanimidade de trinta e quatro votos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- Não tendo participado na votação os seguintes membros António José Pacheco Mendes e Armando da Costa Silva, presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão) -----

----- **OITAVO PONTO:** Transferência de Competências dos Municípios para a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa-----

----- Esclarecimento da Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal: «Neste ponto tivemos que elaborar várias propostas de acordo com cada uma das alíneas.» -----

----- Intervenção da Sra. Cândida Novais do Grupo Municipal PPD-PSD: «Antes da referência a este ponto, eu só queria fazer uma nota, aliás duas. A primeira que no calor da intervenção não fiz e que acho pertinente e agora se colocou a questão da instituição Bombeiros. Quando viemos ontem aqui a esta celebração, 25 de abril e parece que convém que seja todos os anos, para relembrar quanto mais não seja. Achei estranho e partilhei com alguns colegas, porque é que estavam tantos lugares vazios. E, depois percebi-me e agora senhor presidente corrija-me se estou errada que não estavam presentes instituições do concelho. Eu acho que e a propósito de competências e delegações de competências o 25 de abril só foi possível e eu só tinha sete anos, mas o 25 de abril só foi possível, e existe todos os anos e sempre, porque as instituições tem competências delegadas e são participantes do civismo e da atuação pública. E, eu deixo este reparo, porque só foi por lapso de certeza que ou por inexperiência que numa questão protocolar não se convidem as instituições representadas no concelho. A questão de vir pouca gente estava à partida condicionada às cadeiras que nós temos aqui, se pensasse nas instituições do concelho com certeza que não havia cadeiras que chegasse, mas fica este reparo, que penso que foi por lapso. Em relação aos bombeiros há um terreno fantástico, eu todos os dias passo por lá nas minhas caminhadas, achava que devia ser dotado dessa instituição, que é aquele terreno que confina com a rotunda junto ao hospital da Santa Casa da Misericórdia e que seria uma excelente entrada e saída dos carros de intervenção. Se conseguirem fazerem um plano de pormenor, eu nem venho aqui reclamar, façam o que quiser, eu assino por baixo. Aquilo que me propunha vir aqui dizer é o seguinte: Na quarta-feira tivemos reunião na CIM e nós deputados

Lousada, 26 de abril de 2019 Pag.42



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

municipais fomos, não advertidos, mas aconselhados junto com os meus colegas que aqui estão, pelo senhor presidente do conselho para sermos mais esclarecidos, sermos mais acutilantes na agenda e nos assuntos que são dados a conhecer ou por falta de conhecimento aos deputados. Nós somos deputados municipais e portanto dentro deste âmbito fomos eleitos deputados em representação do município na Comunidade Intermunicipal. Agora chegar à comunidade intermunicipal e não saberem em pormenor quais são as competências delegadas em específico, quais são os planos, quais são os projetos e votar ou estar presente e votar sem ter da parte neste caso de Lousada o conhecimento quer da bancada do PS, quer da bancada do PSD em pormenor que está em questão, eu acho que nos fica assim um bocadinho, sabe a pouco e portanto ir lá ganhar a senha, sentarmos, assinarmos e votarmos, acho que é pouco. E, o que vinha pedir, vinha pedir e também por conselho do senhor presidente do conselho, desculpem a redundância, que sempre que fosse oportuno senhor presidente nos convocasse para dar conhecimento do ponto de situação das candidaturas. Deixaríamos agora aqui de intervir se nos fosse dado a conhecer. Isto porquê? Porque no próprio dia, eu tive conhecimento e vocês também o sabem que foi a reunião a DGESTE, suponho eu sobre as propostas da oferta formativa para os concelhos e nomeadamente para CIM. Eu gostava de saber e penso que os colegas que estão aqui na bancada do PS também e o meu colega que me acompanha da bancada do PSD, qual é? Quais são as propostas? Qual é a competência? Qual foi a delegação de competências que foram atribuídas a nível, por exemplo da educação ao concelho de Lousada? O que é que está acordado? Qual é a oferta formativa acordada, proposta? Qual é a oferta formativa consentânea com o projeto educativo e o plano educativo municipal que vai ser ou foi agendado, que vai acordado, a reunião já foi na quarta-feira, mas isto está sempre em aberto como nós sabemos de qualquer maneira eu gostava de ir para uma reunião com alguma informação. Quando se vai questionar o senhor presidente do conselho como foi o caso, o que nos foi dito foi que esse acordo e essa reunião decorreu de muita assertividade por parte dos representantes da Comunidade Intermunicipal e que cada vereador levou ao conselho as suas propostas. Agora levar as propostas ao conselho intermunicipal faz todo o sentido para agilizar os procedimentos. O que eu acho e isto falo por mim é que antes de ser levada à Comunidade Intermunicipal fossemos nós deputados municipais a tomar conhecimento do que é que é levado lá,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

porque depois o bolo é distribuído por todos. E, já foi aqui dito que quando a concertação é feita ao nível da CIM é muito mais difícil, porque infelizmente e agora é minha interpretação, os presidentes de câmara têm pelo vistos neste mandato, depreendo que seja neste, têm dificuldade em anuir e concertar o plano estratégico para a região, mas isso é da vossa competência e da vossa alçada. O que venho aqui pedir é que competências é que estão delegadas? O que é que foi atribuído em termos por exemplo de educação? Qual é a oferta formativa que está em jogo para Lousada? Se os cursos e a formação que está elencada no Plano Municipal da Educação está coberto e tendo nós esta grande dificuldade na região, sendo nós o concelho mais jovem da Comunidade Intermunicipal, temos acrescidas razões para que Lousada sejam atribuídos, até pelas próprias acessibilidades, até pelo próprio vale que agora todos os estudantes vão ter e todas as famílias de um passe de 40,00€, faz todo o sentido que não se faça nenhuma agremiação de alunos em concelhos e que eles possam municipalizar-se as infraestruturas para uma rede intermunicipal e que os jovens consigam procurar oferta formativa que lhes interesse, interesse em termos de empregabilidade, interesse em termos pissi, interesse em termos de sucesso, porque para combater o insucesso escolar nada melhor do que elencar um conjunto de oferta formativa, eu já não digo para os alunos de Lousada, mas para todos os alunos da CIM, sendo Lousada um concelho estratégico, sendo Lousada um concelho bafejado por infraestruturas ótimas. Tendo agora na mão um vale, um cheque para viajar pelos vários concelhos a custo muito reduzido, não faz sentido nenhum que Lousada não seja mais do que ouvido, Lousada tem todas as condições, não só por ter o maior número de jovens, não só por ter as melhores infraestruturas da região, mas também por isso e porque temos um Plano Municipal para a Educação, está agora para ser validado, está quase acabar os três anos e nós precisamos de marcar território. Se me permitem eu vou utilizar aqui uma expressão nós precisamos de vender Lousada e precisamos de vender Lousada para a empregabilidade. E, o sucesso de um jovem e todos nós somos pais e os que não são passaram de certeza por esta via, nós não podemos hipotecar o projeto de vida de um jovem e se ele tiver em Lousada uma oferta formativa qualificada, bem articulada com as empresas, um bom curso com um bom emprego, é sucesso. O que eu vinha dizer, sintetizando quais foram as competências atribuídas para Lousada em termos de educação? Que cursos é que foram propostos e que o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

executivo pensam que vão ser aprovados? Que oferta temos para dar aos alunos não só de Lousada, mas da Comunidade Intermunicipal? Acho que isto tudo casado com as empresas, com a agenda da empregabilidade, será a chave para o sucesso deixemo-nos de estudos, já acabaram os estudos. É preciso por a mão à obra. Eu vinha aqui porque me senti na obrigação também de trazer este recado, penso que transmiti do senhor presidente do conselho, que é nossa obrigação como deputados municipais exigir dos nossos vereadores, do nosso executivo que nos dê conhecimento prévio para depois não ser extemporâneo.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Dra. Cândida, fez-lhe bem ir um bocadinho lá fora, parece outra, gostei de a ouvir. Trouxe aqui questões pertinentes, confesso que não me tinha apercebido disso e no vosso lugar faria o mesmo, ou seja ao ir a uma reunião da Assembleia Intermunicipal, no mínimo é necessário estar documentados e informados sobre o que se passou desde a última Assembleia Intermunicipal. Portanto, a exemplo daquilo que nós fazemos aqui na Assembleia Municipal em que no fundo vem um resumo daquilo que nos parecem as coisas mais relevantes entre uma assembleia municipal e outra, creio que a CIM devia fazer o mesmo, entregando um relatório com aqueles pontos mais relevantes de umas assembleias intermunicipais para as outras, sem prejuízo de vocês quererem saber e aprofundar melhor cada um dos assuntos diretamente comigo ou com cada um dos vereadores envolvidos, parece-me pertinente. Relativamente às competências delegadas eu creio que a questão que me estava a colocar não era relativa às competências delegadas no município, mas as competências delegadas na CIM. Relativamente às competências delegadas no município já foi falado aqui na última Assembleia Municipal, nós só rejeitamos aquela competência da saúde e bem-estar animal. Depois há aqui agora mais um pacote, nomeadamente da saúde e da educação e ainda temos prazo até junho. Portanto se for para rejeitar virá aqui à próxima Assembleia. Estas competências que estão aqui são competências diferentes, são competências a delegar na própria CIM e contrariamente ao que acontece com as competências que são delegadas no município e que se nós nada dissermos, a competência efetiva-se. No caso da CIM parece-me, embora a lei não seja muito clara, que é necessário haver uma deliberação expressa e por isso é que o assunto vem aqui, são competências que não vão trazer muito de novo nem têm grandes implicações naquilo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

que é o funcionamento da CIM. A CIM está perfeitamente habilitada e preparada para as exercer. Nesta questão específica que referiu da oferta formativa, não sei exatamente que informação é que o senhor presidente do conselho lhe terá dito e se ela foi devidamente percecionada, porque o que eu sei é que esse trabalho não está fechado, aliás eu estava a achar estranho, porque não me estava a lembrar de isso ter sido deliberado no conselho intermunicipal, portanto ainda está previsto agora mais uma reunião em Paços de Ferreira, será no dia 06 de maio para acabar o trabalho e neste momento o senhor vereador da educação tem esse assunto em mãos e depois, se for também caso disso, podemos detalhar mais o que está previsto mas aquilo que é a oferta formativa essa é articulada com todos os parceiros envolvidos, nomeadamente com os agrupamentos. É evidente que aquilo que disse sobre a articulação das necessidades das empresas é o que faz sentido, é o que se fala há décadas e que infelizmente depois não se consegue concretizar ou não se tem conseguido concretizar, porque os municípios e as próprias CIMs não têm essa capacidade de definir e de exigir que sejam aqueles cursos em detrimento de outros. O que lhe posso dizer é que para nós, em Lousada, a formação é uma área fundamental, prioritária e na próxima reunião de câmara já vamos apresentar uma proposta de aquisição de um espaço que queremos dedicar à formação, porque temos a clara noção da importância que tem este assunto para os nossos jovens, não só para o futuro de Lousada e para também ir de encontro àquilo que são as expetativas das empresas e porque não faz qualquer sentido termos grandes necessidades de recrutamento em algumas áreas e as empresas têm esse problema e por outro lado termos desempregados. Portanto essa articulação entre a oferta e a procura tem que ser conseguida e portanto eu espero que no âmbito desta definição de aquilo que vai ser a oferta educativa se conseguia dar passos nesse sentido.» -----

----- De seguida foi posta à votação a proposta número cinco do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada, a aceitação da Transferência das Competências, no âmbito das Entidades Intermunicipais para a CIM – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, no domínio do Decreto-Lei n.º 99/2018 de 28 de novembro – Concretiza o Quadro de Transferência de Competências para as Entidades Intermunicipais no Domínio da Promoção Turística, ao abrigo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

n.º 4.º da lei 50/2018, de 06 de agosto, conjugado com o n.º 4 do D.L. n.º 99/2018 de 28 de novembro” -----

----- A proposta número cinco foi aprovada por unanimidade de trinta e quatro votos.-----

----- Não tendo participado na votação os seguintes membros António José Pacheco Mendes e Armando da Costa Silva, presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão) -----

----- De seguida foi apresentada a proposta **número cinco - a**, referente ao Decreto-lei n.º 101/2018, de 29/11/2018. -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número cinco - a do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada, a aceitação da Transferência das Competências, no âmbito das Entidades Intermunicipais para a CIM – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, no domínio do Decreto-lei n.º 101/2018, de 29/11/2018 - Concretiza o Quadro de Transferência de Competências para os órgãos municipais e das Entidades Intermunicipais no domínio da justiça, ao abrigo do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, conjugado com n.º 9.º do Decreto-Lei n.º 101/2018, de 29 de novembro» -----

----- A proposta número cinco-a foi aprovada por unanimidade de trinta e quatro votos. -----

----- Não tendo participado na votação os seguintes membros António José Pacheco Mendes e Armando da Costa Silva, presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão) -----

----- De seguida foi apresentada a **proposta número cinco - b**, referente ao Decreto-lei n.º 102/2018, de 29/11/2018. -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número cinco - b do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada, a aceitação da Transferência das Competências, no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

âmbito das Entidades Intermunicipais para a CIM – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, no domínio do Decreto-lei n.º 102/2018, de 29/11/2018 - Concretiza o Quadro de Transferência de Competências para os órgãos das Entidades, Intermunicipais no domínio dos projetos financiados por fundos europeus e dos programas de captação de investimento, ao abrigo do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, conjugado com n.º 4.º do Decreto-Lei n.º 102/2018, de 29 de novembro» ---

----- A proposta número cinco-b foi aprovada por unanimidade de trinta e quatro votos. -----

----- Não tendo participado na votação os seguintes membros António José Pacheco Mendes e Armando da Costa Silva, presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão) -----

----- De seguida foi apresentada a **proposta número cinco - c**, referente ao Decreto-lei n.º 103/2018, de 29/11/2018. -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número cinco - c do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada, a aceitação da Transferência das Competências, no âmbito das Entidades Intermunicipais para a CIM – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, no domínio do Decreto-lei n.º 103/2018, de 29/11/2018 - Concretiza o Quadro de Transferência de Competências para as Entidades Intermunicipais no domínio da participação na definição da rede dos quarteis de Bombeiros Voluntários e na elaboração de programas de apoio às suas corporações, ao abrigo do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, conjugado com n.º 5.º do Decreto-Lei n.º 103/2018, de 29 de novembro» -----

----- A proposta número cinco - c foi aprovada por unanimidade de trinta e quatro votos. -----

----- Não tendo participado na votação os seguintes membros António José Pacheco Mendes e Armando da Costa Silva, presidente da Junta de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Freguesia de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão) -----

----- De seguida foi apresentada a **proposta número cinco – d** referente ao Decreto-lei n.º 21/2019, de 30/01/2019. -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número cinco - d do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada, a aceitação da Transferência das Competências, previstas para as Entidades Intermunicipais, designadamente para a CIM – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, no domínio do Decreto-lei n.º 21/2019, de 30/01/2019 - Concretiza o Quadro de Transferência de Competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação, ao abrigo do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto» -----

----- A proposta número cinco - d foi aprovada por unanimidade de trinta e quatro votos. -----

----- Não tendo participado na votação os seguintes membros António José Pacheco Mendes e Armando da Costa Silva, presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão) -----

----- De seguida foi apresentada a proposta número cinco - e, referente ao **Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30/01/2019**. -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número cinco - e do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada, a aceitação da Transferência das Competências, previstas para as Entidades Intermunicipais, designadamente para a CIM – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, no domínio do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30/01/2019 – Concretiza o Quadro de Transferência de Competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da saúde, ao abrigo do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto» -----

----- A proposta número cinco - e foi aprovada por unanimidade de trinta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

e quatro votos. -----

----- Não tendo participado na votação os seguintes membros António José Pacheco Mendes e Armando da Costa Silva, presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão) -----

----- **NONO PONTO:** Segunda Alteração do Regulamento de Organização e Estrutura dos Serviços Municipais -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número seis do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da 2.^a Alteração ao Regulamento de Organização e Estrutura dos Serviços da Câmara Municipal de Lousada e consequentemente a alteração ao Mapa de Pessoal para o ano 2019, como sendo: ponto 1 - A alteração do número máximo de unidades orgânicas flexíveis de 2º grau, tal como consta na proposta de estrutura nuclear dos serviços municipais, passando para um total de 11, para cumprimento do estipulado nas al. b) e c) do artº. 6º do Decreto-Lei nº. 305/2009, de 23/10; ponto 2 - A alteração do número máximo de subunidades orgânicas, tal como consta na proposta de estrutura nuclear dos serviços municipais, passando para um total de 16, para cumprimento do estipulado na al. d) do artº. 6º do Decreto-Lei nº. 305/2009, de 23 de outubro; ponto 3 - Alteração ao Mapa de Pessoal dos serviços municipais, bem como a correspondente orçamentação e gestão das despesas com pessoal, cfr artigo 3º, nº 2, alínea a), do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, conjugado com o disposto nos artigos 28º e 29º, da LGTFP, publicado pela Lei nº. 35/2014, de 12 de setembro, nos seguintes termos: a) Substituição do cargo dirigente de 3º grau, Chefe de Serviço de sistemas de informação e comunicação para cargo dirigente de 2º grau, Chefe de Divisão de sistemas de informação e comunicação integrado no Departamento de Obras Municipais e Ambiente; b) Criação de um cargo de direção intermédia de 3º grau, Chefe de Serviço de Polícia Municipal, decorrente da alteração à estrutura organizativa dos serviços municipais, dependente diretamente do Sr. Presidente da Câmara. Mais se propões que: A data da entrada em vigor da alteração da estrutura nuclear dos serviços municipais entrará em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no Diário da República, nos termos do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

estatuído no n.º 6 do artigo 10º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, republicando-se a estrutura nuclear orgânica integral.» -----

----- A proposta número seis foi aprovada por unanimidade de trinta e quatro votos. -----

----- Não tendo participado na votação os seguintes membros António José Pacheco Mendes e Armando da Costa Silva, presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão) -----

----- **DÉCIMO PONTO:** Assunção de Compromissos Plurianuais para Aquisição de Serviços para Transportes Escolares, em Transporte Coletivo de Passageiros (passes escolares) para o ano Letivo de 2019/2020-----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número seis do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a autorização prévia da repartição de encargos financeiros por dois anos económicos distintos, de acordo com os seguintes valores: ano de dois mil e dezanove – 148.000,00€ (cento e quarenta e oito mil euros), acrescidos do valor do IVA à taxa legal em vigor (6%)) e ano de dois mil e vinte – 198.000,00€ (cento e noventa e oito mil euros), acrescidos do valor do IVA à taxa legal em vigor (6%), referente ao contrato de aquisição de serviços de transportes escolares, em transporte coletivo de passageiros (passes escolares) para o ano letivo de 2019/2020, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso das Entidades Públicas (Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação)» -----

----- A proposta número sete foi aprovada por unanimidade de trinta e quatro votos. -----

----- Não tendo participado na votação os seguintes membros António José Pacheco Mendes e Armando da Costa Silva, presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão) -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- **DÉCIMO PRIMEIRO PONTO:** Eleição dos Membros em falta na composição da Mesa da Assembleia Municipal de Lousada -----

----- Esclarecimento da Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal: «Relativamente ao ponto numero onze da sessão “Eleição dos Membros em falta na composição da Mesa da Assembleia Municipal de Lousada”, existe algumas dúvidas, relativamente à eleição da Mesa, considerando que o membro pediu suspensão de mandato e não renuncia e como este assunto pode ser objeto deliberação numa próxima Assembleia e nessa altura já deveremos ter um parecer que nos ajudará a esclarecer essa situação. A mesa entendeu por bem retirar este ponto da ordem de trabalhos.» -----

---- **DÉCIMO SEGUNDO PONTO:** Lousada Século XXI – Atividades Desportivas e Recreativas - E.M. - Sociedade Unipessoal LDA – Instrumentos de Prestação de Contas (relatório de Gestão, Contas do Exercício e Proposta de Aplicação de resultados), relativos ao Exercício de 2018 -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se considera que a Assembleia Municipal tomou conhecimento dos Instrumentos de Prestação de Contas da Lousada Século XXI, Relativos do Exercício de 2018 (Relatório de Gestão, Contas do Exercício e Proposta nos termos do n.º 1 do art.º 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho. -----

----- **NÃO HOUVE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Não têm direito a senha de presença, uma vez que não estiveram presentes em pelo menos cinquenta por cento do tempo total da sessão, o seguinte membro Sr. Armando da Costa Silva, presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas Santo Estevão e o Sr. Vereador Leonel Domingos Reis Vieira da Silva. -----

----- Justificaram as faltas à sessão de 22 de fevereiro de 2019, os seguintes membros: António Fernando Morais da Silva, presidente da Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém e José Oliveira Nunes,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

presidente da Junta de Freguesia de Nespereira e Casais.-----

----- Passou-se de seguida à discussão e votação da ata minutada que fica apensa a esta ata e que foi aprovada por unanimidade de trinta e três votos.

----- Não tendo participado na votação os seguintes membros: António José Pacheco Mendes e Cidália de Lurdes Pereira Neto e Armando da Costa Silva, presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão). -----

----- Eram vinte e zero horas e dezasseis minutos quando foi dada por encerrada a sessão.-----

A MESA

